DIARIO OFFICIAL

ESTADOS UNIDOS DO BRAZIL

REPUBLICA FEDERAL

ORDEM E PROGRESSO

ANNO XLIII — 16° DA REPUBLICA — N. 7

CAPITAL FEDERAL

SABBADO 9 DE JANEIRO DE 1904

SUMMARIO

ACTOS DO PODER LEGISLATIVO :

- Decreto n. 1.150, que confere privilegio de divida proveniente de salarios de trabalhador rural.
- Decreto n. 1.151, que reorganiza os serviços da hygiene administrativa da União.
- Decreto n. 1.152, que crea na secção do Districto Federal mais uma vara de juiz federal e dá outras providencias.
- Decreto n. 1.155, que autoriza a modificação do regulamento do Instituto Nacional de Musica.
- Decreto n. 1.156, que autoriza o Presidente da Republica a conceder um anno de licença a Augusto Moreno de Alagão.
- Decreto n. 1.158, que autoriza o Presidente da Republica a conceder seis mezes de licença, em prorrogação, ao Dr. Oscar Vianna,
- Decreto n. 1.160, que manda abonar aos officiaes do Corpo de Bombeiros uma gratificação annual.

ACTOS DO PODER EXECUTIVO:

- Decreto n. 5.094, que declara nulla a patente n. 3.931.
- Decreto n. 5.101, que dá novo regulamento á Caixa Beneficente da Brigada Policial desta Capital.
- Decreto n. 5.102, que concede vantagens ao Collegio Diocesano de S. José de Pouso Alegre, no Estado de Minas Geraes.
- Decreto n. 5.103, que crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes em comarca do Estado de S. Paulo.
- Mensagens.
- Ministerio da Justiça e Negocios Interiores—Decretos de 7 do corrente—Rectificação.
- Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas—Decreto de 23 de dezembro findo.

SECRETARIAS DE ESTADO:

- Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Expediente das Directorias do Interior, da Justiça, da Contabilidade e Geral de Saude Publica—Policia do Districto Federal.
- Ministerio da Fazenda—Titulo— Expediente da Directoria do Expediente do Thesouro Federal — Recebedoria do Rio de Janeiro—Quadro demonstrativo dos valores, quantidade e importancia de notas do papel moeda em circulação em dezembro de 1903.
- Ministerio da Marinha — Portarias, expediente e requerimentos despachados.
- Ministerio da Guerra — Expediente e requerimentos despachados.
- Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas— Expediente das Directorias da Industria e de Obras e Viação— Directoria Geral dos Correios.
- SESSÃO JUDICIARIA — Sessão da Camara Criminal da Côrte de Appellação.
- NOTICIARIO.
- RENDAS PUBLICAS—Rendimentos da Alfandega e da Recebedoria do Rio de Janeiro e da de Minas Geraes.
- EDITAES E AVISOS.
- PARTE COMMERCIAL.
- SOCIEDADES ANONYMAS —Acta da Companhia Luz Stearica.
- PATENTES DE INVENÇÃO.
- ANNUNCIOS.

ACTOS DO PODER LEGISLATIVO

DECRETO N. 1.150—DE 5 DE JANEIRO DE 1904

Confere privilegio para pagamento de divida proveniente de salarios de trabalhador rural.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil: Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte :

Art. 1.º E' privilegiada a divida proveniente de salarios de trabalhador agricola, afim de ser pago pelo producto da colheita para a qual houver concorrido com o seu trabalho, precipuamente a quaesquer outros creditos, salvo as que forem garantidas por hypotheca ou penhor agricola devidamente inscripto e transcripto.

Art. 2.º Este privilegio se refere á importancia da divida resultante do saldo verificado em favor do trabalhador pelo seu salario, no ajuste de contas effectuado, constante de caderneta existente em mão do trabalhador, aberta, numerada, rubricada e escripturada pelo proprietario ou seu representante, na qual se acham lançadas, nas respectivas datas, as parcelas do debito e credito.

No caso de divergencia do ajuste de contas, admittir-se-ha qualquer outro meio procedente de prova da divida, além da caderneta.

Art. 3.º Para a cobrança da divida nas condições dos arts. 1.º e 2.º, o trabalhador terá direito de usar da acção sumaria e do embargo ou arresto assecuratorio.

Art. 4.º As disposições desta lei só regerão as dividas contrahidas posteriormente á sua data.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 5 de janeiro de 1904, 16° da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES

Lauro Severiano Müller.

DECRETO N. 1.151 — DE 5 DE JANEIRO DE 1904

Reorganiza os serviços da hygiene administrativa da União

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Art. 1.º E' reorganizada a Directoria Geral de Saude Publica, ficando sob sua competencia, além das attribuições actuaes, tudo que no Districto Federal diz respeito á hygiene domiciliaria, policia sanitaria dos domicilios, logares e logradouros publicos, tudo quanto se relaciona á prophylaxia geral e especifica das molestias infectuosas, podendo o Governo fazer as installações que julgar necessarias e pôr em pratica as actuaes posturas municipaes que se relacionem com a hygiene.

§ 1.º O Governo regulamentará todos os serviços dependentes da Directoria Geral de Saude Publica, admittindo o pessoal constante da tabella annexa, estabelecendo as medidas repressivas necessarias, afim de tornar effectivas a notificação das molestias infectuosas, a vigilancia o policia sanitarias, e emfim todas as necessarias medidas executivas e disposições regulamentares.

O isolamento hospitalar só terá logar quando a residencia do doente não se prestar ás medidas sanitarias exigidas pelos regulamentos; e, no caso de internação em hospital, a familia terá direito a acompanhar o doente, sendo-lhes proporcionados todos os recursos por conta do Estado, e podendo o tratamento medico ser dirizido pelo facultativo que o doente ou sua familia quizer, segundo o processo therapeutico que lhe aprouver, respeitada a disciplina interna do estabelecimento.

§ 2.º E' o Governo autorizado a entrar em accôrdo com a Municipalidade do Districto Federal, afim de que esta ceda definitivamente ao Instituto Serotherapico Federal, indemnizando-a do respectivo valor, o proprio municipal de Manginhos.

O Instituto é obrigado a fornecer gratuitamente aos Estados e municipios que os solicitarem os sôros e as vacinas que preparar, não incluída no numero destas a vaccina anti-variolica, que continuará como até agora a ser preparada, distribuída e fornecida a s Estalos pelo Instituto Vaccinico do Districto Federal.

§ 3.º Fica o Governo autorizado a promulgar o Codigo Sanitario, de accôrdo com as seguintes bases :

a) regulando tudo quanto diz respeito á hygiene urbana e domiciliaria ;

b) assegurando a prophylaxia geral e especifica das moléstias infectuosas ;

c) estabelecendo o serviço sanitario dos portos e a prophylaxia sanitaria internacional ;

d) regulando o exercicio da medicina e pharmacia ;

e) abrangendo o Codigo Pharmaceutico ;

f) instituindo como penas ás infracções sanitarias multas até dous contos de réis (2.000\$), que poderão ser convertidas em prisão até o prazo maximo de tres mezes, bem como, cummados ou não e mesmo como medida preventiva, apprehensão e destruição dos generos deteriorados ou considerados nocivos á saude publica, sequestro e venda de animaes ou objectos cuja existencia nas habitações for prohibida, cassação de licença, fechamento e interdição de predios, obras e construcções.

I. A apprehensão e destruição de generos deteriorados ou considerados nocivos á saude, assim como a cassação de licença e fechamento, serao feitos por simples actos da autoridade administrativa ; o sequestro e venda de animaes ou objectos cuja existencia nas habitações for prohibida, depois da competente apprehensão pela autoridade administrativa, serão feitos pela autoridade judicial por meio do processo que for estabelecido.

II. A declaração de interdição de predios, obras e construcções por parte da autoridade administrativa terá por offeito :

Quanto aos predios :

1.º Serão elles desoccupados amigavel ou judicialmente pelos inquilinos dentro de um a oito dias, conforme a urgencia ;

2.º Serão reparados ou demolidos pelos seus proprietarios no prazo que lhes for assignado.

Si estes se recusarem a fazel o, as reparações ou demolições serão feitas á sua custa, ficando em um ou outro caso o predio ou terreno por elle occupado legalmente hypothecado para garantia da despeza feita, desde o dia da declaração de interdição.

Quanto ás obras e construcções :

1.º Serão ellas immediatamente suspensas ;

2.º Serão reparadas ou demolidas nas mesmas condições e com os mesmos onus que os predios.

§ 4.º O Codigo Sanitario será observado em todo o territorio da Republica.

Nos Estados as suas infracções serão julgadas pelas justicas locais, ressalvada a competencia privativa da justiça federal.

§ 5.º Para custeio dos serviços constantes da presente reforma, fica aberto o credito de cinco mil e quinhentos contos de réis (5.500.000\$), distribuido de accôrdo com a tabella annexa.

§ 6.º No fim de tres annos, a contar da data da decretação dos regulamentos a que se refere a presente lei, seja ou não extinta a febre amarella da cidade do Rio de Janeiro, será o novo pessoal, nomeado em virtude da presente lei, dispensado, voltando os antigos funcionarios da hygiene terrestre a perceber os vencimentos que tinham antes.

Os funcionarios da Directoria Geral de Saude Publica que, em virtude do decreto n. 4.463, de 12 de julho de 1902, foram transferidos da Municipalidade do Districto Federal para o Governo da União, contarão, para todos os effeitos, o tempo de serviço que tinham na repartição de hygiene municipal.

§ 7.º Os serviços de saude dos portos também serão reorganizados, observando-se o seguinte :

a) Em cada porto principal dos Estados maritimos e fluviaes haverá um hospital de isolamento com desinfectorio annexo, destinado ao tratamento dos enfermos de moléstias transmissiveis e ao expurgo dos objectos susceptiveis procedentes de navios infectados ou suspeitos ;

b) De accôrdo com os governos estaduais a nova regulamentação promoverá a substituição do regimen quarentenario, e como medida systematica, pelo da vigilancia medica dos desembarcados e pelo isolamento dos enfermos; cumprido aos mesmos governos uniformizar os processos administrativos de hygiene urbana, de modo a ficar assegurada aquella vigilancia ;

c) O serviço de saude dos portos será regulamentado na conformidade das indicações precedentes, attendendo-se á conveniencia de melhorar as condições do pessoal e do material e de fixar-se as relações que os funcionarios federaes hajam de manter com os estaduais em épocas de epidomia e normaes ;

d) Enquanto por lei ordinaria não forem votados os fundos precisos para o custeio dos novos serviços, abrirá o Governo os creditos necessarios pela verba de « Soccorros Publicos », tanto para as installações que houver de determinar, como para o mesmo custeio.

§ 8.º E' instituída uma secção de engenharia sanitaria, composta de tres engenheiros e um desenhista.

§ 9.º E' da competencia da secção de engenharia sanitaria :

I. Incumbir-se de todos os assumptos technicos referentes á engenharia sanitaria que forem indicados pela autoridade competente.

II. Emitir parecer sobre as construcções julgadas insalubres pelas autoridades sanitarias medicas e fiscalizar as obras aconselhadas.

III. Incumbir-se de todas as obras e construcções dependentes da Directoria Geral de Saude Publica.

§ 10. E' instituído no Districto Federal o juizo dos feitos da saude publica, composto de um juiz, um procurador, um sub-procurador, um escrivão e officiaes de justiça sanitaria.

§ 11. E' da competencia do juizo dos feitos da saude publica conhecer de todas as acções e processos civis e criminaes em materia de hygiene e salubridade publica, concernente á execucao das leis e dos regulamentos sanitarios, attinentes á observancia e effectividade dos mandados e ordens das autoridades sanitarias ou relativos aos actos de officio destas.

§ 12. O juizo dos feitos da saude publica tem jurisdicção privativa em prim íra instancia, para o processo e julgamento das causas que toem por objecto :

I. Despejo, demolição, interdição, desapropriação, obras de predio ou qualquer propriedade.

II. Cobrança de multa ou taxas sanitarias.

III. Julgamento dos crimes e contravenções de hygiene e salubridade publicas.

IV. Qualquer acção em que a saude publica possa ser interessada.

§ 13. O juiz, o procurador e o sub-procurador serão nomeados pelo Presidente da Republica ; o escrivão e os officiaes pelo juiz. Será escolhido o juiz dentre os bachareis em direito com quatro annos, no minimo, de pratica forense e o procurador com dous annos.

§ 14. O juiz servirá por quatro annos, podendo ser reconduzido por quadriennios. Os demais funcionarios serão demissiveis *ad nutum*.

§ 15. Os vencimentos dos funcionarios do juizo dos feitos da saude publica são os constantes da tabella annexa. Todas preceborão custas, de accôrdo com o regimento vigente para a justiça local do Districto Federal.

§ 16. Ao procurador dos feitos da saude publica compete promover o andamento de todas as causas que interessarem a saude publica e officiar em todas as questões administrativas, como consultor juridico, devendo ser sempre ouvido em todos os termos dos processos judiciaes.

§ 17. O juiz dos feitos terá tres suplentes, formados em direito, de nomeação do Ministro da Justiça.

§ 18. Ao sub-procurador compete auxiliar o procurador nos casos por este designados e substituí-lo.

§ 19. No impedimento do sub-procurador, o juiz nomeará o seu substituto, por prazo maximo de oito dias ; si, porém, o impedimento exceder desse prazo, a nomeação será feita pelo Ministro da Justiça.

§ 20. Não pôde a justiça sanitaria, nem as autoridades judiciais, quer federaes, quer locais, conceder interdictos possessorios contra os actos da autoridade sanitaria exercidos *ratione imperii*, nem modificar ou revogar os actos administrativos ou medidas de hygiene e salubridade por ellas determinadas nesta mesma qualidade.

Fica salvo á pessoa lesada o direito de reclamar judicialmente, perante a justiça federal, as perdas e danos que lhe couberem, si o acto ou medida da autoridade sanitaria tiver sido illegal, e promover a punição penal, si houver sido criminosa.

Em caso de desapropriação, esta se fará segundo a Constituição Federal e as leis respectivas.

§ 21. As intimações de medidas sanitarias, as communicações de multas, etc., serão feitas por escripto pela respectiva autoridade da saude publica, e farão fé sobre os factos a que se referirem, até prova em contrario.

§ 22. Os autos de infracção das leis e regulamentos sanitarios serão lavrados pelos respectivos funcionarios administrativos em duplicata, sendo um exemplar remetido á procuradoria dos feitos e outro deixado no local em que for encontrado

o infractor ou o responsavel pela infracção, com declaração de que este se considera citado para pagar a multa dentro do prazo legal, ou ver-se processar, findo tal prazo. Além disso, será inserto no jornal que publicar o expediente da Saude Publica um aviso relativo a cada autoação, com as declarações e communicações necessarias.

§ 23. Os processos civis seguirão o formulario da justiça local do Districto Federal e os criminaes terão a marcha do processo e julgamento de contravenções da lei n. 628, de 28 de outubro de 1899.

O juizo dos recursos é a Côrte de Appellação.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 5 de janeiro de 1904, 16º da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES

J. J. Seabra.

TABELLA DE YENCIMENTOS E DESPEZAS A QUE SE REFEREM OS §§ 1º, 5º E 15 DO ART. 1º DO DECRETO LEGISLATIVO N. 1.151, DESTA DATA

1 Director geral..... 18:000\$000

Serviço de terra

10 Delegados de saude a 10:800\$..... 108:000\$000
75 Inspectores sanitarios, a 9:000\$..... 675:000\$000

Serviço de prophylaxia da febre amarella

1 Inspector de serviço..... 14:400\$000
Gratificações aos inspectores sanitarios des-tacados no serviço de prophylaxia da febre amarella, a 1:800\$..... 18:000\$000
1 Administrador..... 7:200\$000
1 Almoxarife..... 6:000\$000
1 Escripturario-archivista..... 4:800\$000
70 Auxiliares, academicos, a 2:400\$..... 168:000\$000
Trabalhadores..... 1.314:000\$000
200 Capatazes, a 180\$..... 42:000\$000
9 Chefes de turmas, a 3:600\$..... 32:400\$000
18 Carpinteiros, a 3:000\$..... 54:000\$000
18 Guardas de 1ª classe, a 2:400\$..... 43:200\$000
18 Guardas de 2ª classe, a 1:800\$..... 32:400\$000

Secretaria

1 Secretario..... 10:800\$000
1 Chefe de seção..... 8:500\$000
1 Primeiro official..... 6:000\$000
1 Archivista..... 5:400\$000
1 Segundo official..... 4:800\$000
7 Terceiros officiaes, a 4:200\$..... 29:400\$000
1 Porteiro..... 3:600\$000
4 Contínuos, a 2:400\$..... 9:600\$000
6 Serventes, a 1:200\$..... 7:200\$000

Serviço do porto

6 Ajudantes do director, a 9:600\$..... 57:600\$000
5 Medicos auxiliares, a 7:200\$..... 23:800\$000
1 Interprete..... 3:600\$000

Verba para o serviço geral

Material, construcções e eventuaes..... 530:864\$000

Inspectoria de Isolamento e Desinfecção

1 Inspector..... 14:400\$000
1 Administrador..... 7:200\$000
1 Ajudante da administração..... 6:800\$000
2 Escripturarios a 3:600\$..... 7:200\$000
2 Encarregados de seção a 3:000\$..... 6:000\$000
5 Chefes de turma a 3:600\$..... 18:000\$000
1 Depositario arrecadador..... 2:400\$000
1 Porteiro..... 1:800\$000
2 Contínuos a 1:800\$..... 3:600\$000

Pessoal sem nomeação

10 Desinfectadores de 1ª classe a 2:400\$..... 24:000\$000
20 Desinfectadores de 2ª classe a 1:800\$..... 36:000\$000
1 Machinista..... 2:400\$000
3 Foguistas a 1:200\$..... 3:600\$000
1 Fator do cocheiro..... 2:400\$000
2 Ajudantes do feitor a 1:800\$..... 3:600\$000

20 Cocheiros a 1:500\$..... 30:000\$000
20 Serventes a 1:200\$..... 24:000\$000

Material

Sustento e ferragens de animaes..... 48:000\$000
Combustivel e lubricantes..... 6:000\$000
Desinfectantes e desinfecções..... 32:000\$000
Conservação e remoção do material..... 31:600\$000
Expediente, asseio e eventuaes..... 16:000\$000

Secção demographica

1 Medico demographista..... 9:600\$000
2 Medicos ajudantes, a 7:200\$..... 14:400\$000
1 Cartographo..... 4:800\$000
3 Auxiliares, a 2:000\$..... 6:000\$000

Laboratorio bacteriologico

1 Chefe do laboratorio..... 9:600\$000
4 Auxiliares technicos, medicos, a 6:000\$..... 24:000\$000
1 Escripturario-archivista..... 3:600\$000
4 Serventes a 1:200\$..... 4:800\$000

Material

Instrumentos, aparelhos e reactivos..... 7:000\$000
Bioterio..... 5:000\$000
Objectos de expediente e livros..... 2:000\$000
Asseio e eventuaes..... 3:000\$000

Fiscalização das pharmacias

4 pharmaceuticos, a 6:000\$..... 24:000\$000

Engenharia sanitaria

3 engenheiros sanitarios a 8:400\$..... 25:200\$000
1 desenhista..... 3:600\$000

Juizo dos Feitos da Hygiene Publica

1 juiz..... 12:000\$000
1 procurador..... 7:200\$000
1 sub-procurador..... 4:800\$000
1 escripturario..... 3:600\$000
2 officios de justiça a 930\$..... 1:900\$000

Instituto Sorotherapico Federal

Para seu custeio..... 120:000\$000
Material geral, construcções e alugueis de casas..... 422:300\$000

Hospicio de S. Sebastião e Paula Cândido

2 directores, a 9:800\$..... 19:600\$000
2 vice-directores..... 14:400\$000
5 medicos dos hospitaes, a 6:000\$..... 30:000\$000

Pessoal sem nomeação

1 Foguista..... 1:800\$000
1 Servente..... 1:800\$000
1 Ajudante de cozinha..... 1:800\$000

Barca de desinfecção do porto

1 Mestre, com 10\$ diarios..... 3:650\$000
1 Foguista, com 3\$400 diarios..... 1:241\$000
4 Desinfectadores, a 2\$400..... 9:570\$000
6 Marinheiros, com 3\$ diarios..... 6:570\$000

Verbas não modificadas

Material para a repartição central..... 41:200\$000
Estação da visita do porto..... 10:200\$000
Material..... 4:500\$000
Lancha das colonias de alienados..... 10:300\$000
Lazareto da Ilha Grande..... 81:600\$000
Hospital do S. Sebastião (menos o director)..... 115:800\$000
Hospital Paula Cândido (menos o director e o vice-director)..... 6:000\$000

Estados

Primeiro districto sanitario

S. Paulo..... 37:150\$000
Rio Grande do Sul..... 25:200\$000
Paraná..... 14:100\$000
Sant. Catharina..... 14:850\$000

Espirito Santo.....	10:280\$000
Matto Grosso.....	4:700\$000
Segundo districto sanitario	
Pernambuco.....	28:100\$000
Bahia.....	37:150\$000
Alagoas.....	12:300\$000
Sergipe e Parahyba.....	19:920\$000
Terceiro districto sanitario	
Pará.....	37:150\$000
Maranhão e Ceará.....	29:880\$000
Rio Grande do Norte.....	11:640\$000
Piauhy.....	9:260\$000
Amazonas.....	10:280\$000
Hospitales de isolamento nos Estados.....	
Serviço quarentenario em Matto Grosso.....	20:920\$000
	50:600\$000
	<hr/>
	5.500:000\$000

Rio de Janeiro, 5 de janeiro de 1904.—J. J. Seabra.

DECRETO N. 1.152—DE 7 DE JANEIRO DE 1904

Crêa na secção do Districto Federal mais uma vara de juiz federal e dá outras providencias

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a Resolução seguinte:

Art. 1.º E' creada no Districto Federal mais uma secção da Justiça Federal, que terá a denominação de segunda.

Art. 2.º Na sobredita secção haverá um juiz federal, um juiz substituto e os respectivos supplentes com jurisdicção em todo o Districto.

§ 1.º A competencia desses juizes será regulada especialmente pelas leis e regulamentos relativos aos outros juizes do secção.

§ 2.º No tocante aos provimentos desses cargos vigorarão as disposições das leis vigentes.

Art. 3.º Na secção ora creada e na que actualmente existe, os feitos de qualquer natureza serão processados mediante distribuição.

Art. 4.º Para os efeitos do artigo antecedente, fica creado o lugar de distribuidor do Juizo Federal, que acumulará funcções de contador e partidor e perceberá os emolumentos estatuidos no regulamento n. 3.422, de 30 de setembro de 1899.

Paragrapho unico. Esse funcionario será nomeado livremente pelo juiz federal e conservado enquanto bem servir.

Art. 5.º O actual segundo escrivão passará a servir na segunda secção.

Art. 6.º E' reorganizada a Procuradoria da Republica do Districto Federal, a qual se comporá de tres procuradores com as denominações de 1.ª, 2.ª e 3.ª, convertidos nestes logares os de 1.º e 2.º adjuntos.

Art. 7.º Os serviços a cargo dos procuradores, excepto os iniciados por elles, que caberão aos iniciantes, serão igualmente distribuidos pelos tres, em livro revestido das formalidades legais, pelo juiz perante quem tiverem de officiar.

Paragrapho unico. O primeiro procurador servirá nas 1.ª, 4.ª, 7.ª, 10.ª e 13.ª pretorias; o segundo, nas 2.ª, 5.ª, 8.ª, 11.ª e 14.ª; o terceiro, nas 3.ª, 6.ª, 9.ª, 12.ª e 15.ª.

Art. 8.º Con inuam em vigo todas as disposições relativas á Procuradoria da Republica no Districto Federal, excepto a parte derogada na presente lei, sendo que a cobrança da divida activa e demais serviços de que trata o art. 4.º do decreto n. 173 B, de 10 de setembro de 1893, serão distribuidos com igualdade entre os 1.º, 2.º e 3.º procuradores pela Direcção do Contencioso.

Art. 9.º Ficam mantidos os dois logares de solicitadores da Fazenda com designação de 1.º e 2.º, funcionando aquelle perante os juizes das 1.ª e 2.ª secções e este perante as justiças locais.

Art. 10. Fica tambem mantido o lugar de escrevente de procurador da Republica, o qual servirá junto aos procuradores.

Art. 11. Fica creado o lugar de solicitador da Fazenda Nacional para exercer os actos de seu officio perante o Supremo Tribunal Federal, sob a direcção do procurador geral da Republica.

Art. 12. Este funcionario será nomeado pelo Ministro da Fazenda, sob proposta do procurador geral, cabendo-lhe os

mesmos vencimentos e vantagens dos que servem perante os juizes das secções do Districto Federal.

Paragrapho unico. Na sua falta ou impedimento, o procurador geral da Republica nomeará quem o substitua interinamente ou *ad hoc*, conforme a hypothese.

Art. 13. Os vencimentos dos juizes e funcionarios de que trata a presente lei serão os seguintes, considerandos dous terços ordenado e um terço gratificação.

Juiz de secção.....	14:000\$000
Juiz substituto.....	6:000\$000
Procurador da Republica.....	6:000\$000
Solicitador.....	2:400\$000
Escrivão.....	1:500\$000
Escrevente.....	1:200\$000

Art. 14. Fica o Governo autorizado a abrir o necessario credito para execução da presente lei.

Art. 15. Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 7 de janeiro de 1904, 16.º da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

J. J. Seabra.

DECRETO N. 1.155—DE 7 DE JANEIRO DE 1904

Autoriza a modificação do Regulamento do Instituto Nacional de Musica

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a Resolução seguinte:

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a modificar o Regulamento do Instituto Nacional de Musica, sem augmento do despeza; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 7 de janeiro de 1904, 16.º da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES

J. J. Seabra

DECRETO N. 1.156—DE 7 DE JANEIRO DE 1904

Autoriza o Presidente da Republica a conceder um anno de licença, com ordenado e em prorrogação, a Augusto Moreno de Alagão, amanuense da Secretaria do Tribunal Civil e Criminal

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a Resolução seguinte:

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a conceder um anno de licença, com ordenado e em prorrogação á que lhe foi concedida pelo Poder Legislativo em 13 de julho de 1902, a Augusto Moreno de Alagão, amanuense do Tribunal Civil e Criminal, para tratar de sua saude onde lhe convier; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 7 de janeiro de 1904, 16.º da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

J. J. Seabra.

DECRETO N. 1.153—DE 7 DE JANEIRO DE 1904

Autoriza o Presidente da Republica a conceder seis mezes de licença, em prorrogação, ao Dr. Oscar Vianna, procurador da Republica na secção da Bahia

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil: Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a Resolução seguinte:

Artigo unico. E' o Presidente da Republica autorizado a conceder seis mezes de licença, com ordenado, ao Dr. Oscar Vianna, procurador seccional no Estado da Bahia, em prorrogação daquella em cujo gozo se acha para tratar de sua saude onde julgar conveniente; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 7 de janeiro de 1904, 16.º da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

J. J. Seabra.

DECRETO N. 1.160—DE 7 DE JANEIRO DE 1904

Manda abonar aos officiaes do corpo de bombeiros, que se reformarem, além do soldo devido, uma gratificação annual correspondente a cada anno de serviço que exceder dos 25 primeiros, e outras providencias

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil.

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte :

Art. 1.º Além do soldo devido aos officiaes do corpo de bombeiros que se reformarem, ser-lhes-ha abonada uma gratificação annual correspondente a cada anno de serviço que exceder dos vinte e cinco primeiros, sendo essa gratificação de 120\$, para os officiaes superiores e de 80\$, para os capitães e officiaes subalternos.

Art. 2.º Os officiaes graduados desse corpo serão equiparados aos effectivos para os efeitos e vantagens da reforma.

Art. 3.º Na contagem do tempo para a reforma dos officiaes e praças, as fracções excedentes de seis mezas serão contadas como um anno completo.

Art. 4.º Os officiaes do exercito que occuparem no corpo de bombeiros postos superiores aos seus e neste ultimo se inutilizarem para o serviço, serão considerados, para os efeitos da reforma, como se fossem unicamente officiaes do mesmo corpo, uma vez que renunciem o lugar que teem no exercito.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 7 de janeiro de 1904, 16º da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

J. J. Seabra.

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETO N. 5.094 — DE 29 DE DEZEMBRO DE 1903

Declara nulla a patente de privilegio de invenção n. 3.931, de 14 de setembro do corrente anno, concedida a Palhares Grünh & Comp.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereram os cidadãos Palhares, Grünh & Comp., decreta:

Artigo unico. E' declarada nulla, de accordo com a disposição do n. 5.º § 2º, art. 5º da lei n. 3.129, de 14 de outubro de 1882, a patente de privilegio de invenção n. 3.931, de 14 de setembro do corrente anno, para «Novo systema de cinta ou tira de garantia para garrafas, destinada a evitar falsificações», visto terem os respectivos concessionarios feito renuncia expressa da mesma patente.

Rio de Janeiro, 29 de dezembro de 1903, 15º da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

Lauro Severiano Müller.

DECRETO N. 5.101 — DE 7 DE JANEIRO DE 1904

Dá regulamento á Caixa Beneficente da Brigada Policial desta Capital

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Usando da autorização concedida pelo decreto legislativo n. 1.095, de 9 de novembro ultimo, resolve decretar que a Caixa Beneficente da Brigada Policial desta Capital seja regida pelo regulamento annexo, assignado pelo Ministro da Justiça e Negocios Interiores.

Rio de Janeiro, 7 de janeiro de 1904, 16º da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

J. J. Seabra.

Regulamento a que se refere o decreto n. 5.101 desta data

Art. 1.º A Caixa Beneficente da Brigada Policial da Capital Federal tem por fim socorrer os officiaes e praças que forem reformados ou que se invalidarem e, no caso de fallecimento, tanto de um como de outros, prover á subsistencia de suas familias.

Art. 2.º O fundo da Caixa será formado com a deducção mensal de um dia de soldo dos officiaes e praças, 20 % das multas impostas por faltas disciplinares, multa das contribuições em atrazo, joias, donativos particulares ou logados e juros do capital assim constituído.

Art. 3.º A joia será de 12 dias de soldo e deve ser paga no decurso do primeiro anno de contribuição.

Art. 4.º Terão direito a uma pensão igual ao meio soldo:

I. O official ou praça que obtiver reforma depois de cinco annos de contribuição.

II. O official ou praça que for reformado por se ter invalidado em acto de serviço, qualquer que seja o tempo de contribuição.

III. A viuva, si viver honestamente e não estiver divorciada, filhos menores de 21 annos ou interdotos e filhas solteiras do contribuinte legitimos ou legitimados e que tenha o tempo de contribuição fixado, ou que fallecer em consequencia de lesões, desastros ou molestias adquiridas em acto de serviço, embora não esteja quito com a caixa, sendo metade para a viuva e a outra parte distribuída com igualdade pelos filhos.

IV. Os mesmos parentes citados na disposição anterior, no caso de loucura do contribuinte que esteja nas condições referidas na primeira parte da mencionada disposição, sendo, porém, a pensão abonada sómente enquanto durar a enfermidade.

Parapho unico. Não existindo os parentes acima designados, a pensão será abonada á mãe viuva, e, na falta desta, dividida em partes iguaes pelas irmãs solteiras do contribuinte, si uma e outras viviam a expensas do mesmo.

Art. 5.º O official ou praça que, não tendo feito toda a contribuição, obtiver reforma fora do caso previsto no art. 4º, n. II, não terá direito á pensão e perderá em beneficio da caixa tudo com que houver contribuído, salvo si quizer continuar a pagar as mensalidades, o que lhe é permitido, mas em beneficio unicamente da familia.

Esta disposição é applicavel aos que fallecerem nas mesmas condições.

Art. 6.º Por morte do official que esteja quito da contribuição e joia, a caixa concorrerá, para as despesas de luto dos parentes que tiverem direito á pensão, com a quantia de de 100\$, até o posto de capitão e com a de 150\$ quando se tratar de official de patente superior.

§ 1.º Si o fallecido for inferior effectivo ou praça de vencimentos equivalentes, o auxilio será de 40\$ ou de 30\$ quando for praça de menor categoria.

§ 2.º Estes beneficios são extensivos aos mesmos parentes dos contribuintes já excluidos do serviço da brigada.

Art. 7.º Perderão a respectiva quota em favor da caixa, as filhas ou irmãs que se casarem, os filhos quando atingirem a maioridade, ou quando antes della se emanciparem, e a viuva ou mãe se contrahir segundas nupcias.

O mesmo se dará com o fallecimento de qualquer dos herdeiros pensionistas, salvo quando se tratar da viuva do contribuinte, porque neste caso a quota que lhe cabia será distribuída com igualdade pelos filhos menores e filhas solteiras.

Art. 8.º O official ou praça que desertou a praça excluída, na fórma do art. 189 do regulamento da brigada, perderá todas as contribuições e o direito a qualquer beneficio.

Art. 9.º Aos officiaes e praças excluidas da brigada a pedido ou em virtude de processo a que tenham respondido, é permitido continuar com as contribuições a que eram obrigados, mas sómente em beneficio da mulher e filhos, ou mãe viuva e irmãs solteiras.

Art. 10. A's praças excluidas com baixa por incapacidade physica, caso não queiram continuar a contribuir para os fins mencionados no artigo anterior, perderão o direito ás contribuições já feitas. Si, porém, se verificar que a praça está impossibilitada de prover aos meios do subsistenciu, poderão ser restituídas as mensalidades correspondentes aos tres ultimos annos de alistamento, dependendo o acto de approvação do Ministro da Justiça.

Art. 11. E' licito aos actuaes officiaes e praças adiantar a importancia da joia de uma só vez, ou pagando-a em duas, tres e quatro prestações. Aos mesmos tambem é permitido contribuir de uma só vez com a quota relativa aos cinco annos de que trata o art. 4º, n. 1, para terem desde logo direito aos beneficios da caixa, ou pela fórma acima estabelecida.

Art. 12. A pensão, salvo os casos previstos nos arts. 4º, n. 2, e 13, é relativa ao meio-soldo do posto em que se fazia a contribuição.

Art. 13. O reformado na effectividade do posto immediato ao superior, desde que esteja nas condições exigidas no art. 4º, n. 1, terá direito ao meio-soldo do novo posto, uma vez que satisfaça a differença da joia, sem prejuizo da contribuição correspondente ao novo posto a que é obrigado.

Art. 14. O official graduado e o que tiver mais de 30 annos de serviço, inclusive o tempo prestado no exército, armada ou corpo de bombeiros, poderá concorrer com a contribuição correspondente ao posto effectivo em que lhe couber a reforma, além de garantir desde logo os seus direitos, devendo, porém, entrar previamente, no forma da disposição antecedente, com a differença da joia.

Paragrapho unico. Os requerimentos, solicitando a autorização para essas contribuições, serão acompanhados da respectiva fé de officio.

Art. 15. O official que obtiver acesso em posto effectivo sómente terá direito nos respectivos benefícios quando pagar, de accordo com o art. 13, a differença da joia dentro dos prazos mencionados nos arts. 3º e 11.

Art. 16. A caixa será administrada por um conselho composto do commandante da brigada como presidente e dos seis officiaes mais graduados dentre os contribuintes em effctividade no serviço da brigada.

§ 1.º Terá mais um thesoureiro, sem voto, eleito annualmente pelo conselho administrativo dentre os officiaes da brigada.

§ 2.º O conselho se reunirá mensalmente e sempre que o presidente julgar conveniente, ou for solicitado pela maioria dos seus membros.

§ 3.º O conselho só poderá funcionar achando-se presente a maioria dos officiaes que o compuzerem, inclusive o presidente, que terá voto no conselho e mais o de qualidade no caso de empate.

§ 4.º As actas do conselho serão lavradas e assignadas nos mesmos dias das sessões e mencionam todas as deliberações por elle tomadas.

§ 5.º Servirá de secretario do conselho um official designado pelo commandante da brigada.

Art. 17. Todo o movimento da caixa constará dos livros especiaes que forem necessários, a juizo do conselho administrativo, entre os quaes haverá um para lançamento de entradas e saídas de dinheiros, um para matrícula de todos os contribuintes e registro das alterações que occorrerem com elles e suas familias, um para lançamento das actas do conselho, um de talão de títulos de pensão e finalmente um de talão de recibos das mensalidades pagas pelos contribuintes que pertencerem ao quadro effectivo da brigada, e de quaesquer outras quantias recebidas sem as guias a que se refere o art. 35.

Paragrapho unico. Os livros serão rubricados pelo presidente, cabendo ao conselho organizar os modelos para a escripturação e resolver sobre o mais que for necessario á sua regularidade e clareza.

Art. 18. A escripturação da caixa ficará a cargo da contadoria da brigada sob a immediata direcção do respectivo inspector, que deve submeter á inspecção do conselho administrativo na sua reunião mensal.

Paragrapho unico. O commandante da brigada designará, por proposta do inspector da contadoria, um official e os inferiores necessarios para auxiliarem o thesoureiro na escripturação da caixa.

Art. 19. O commandante da brigada remettermos trimestralmente ao Ministro da Justiça um balancete do movimento da caixa, com explicação das pensões concedidas, sua natureza e importancia e das que cahirem em commisso e os motivos.

Art. 20. Nenhuma despesa poderá ser feita sem prévia sciencia e autorização do conselho.

Art. 21. Os contribuintes devem apresentar ao thesoureiro uma declaração escripta em uma folha de papel inteira, sem emenda, nem rasura, nem entrelinhas, assignada por elle em presença de duas testemunhas, de preferencia officiaes da brigada ou outras corporações militares e visada pelo fiscal do corpo ou chefe da repartição a que pertencer, contendo o nome da esposa ou primeiras ou segundas nupcias, época e lugar da celebração do casamento; nomes dos filhos e filhas, legítimos ou legitimados, com a data do nascimento e baptismo de cada um, especificando os legítimos e legitimados, e finalmente os nomes dos paes e das irmãs solteiras, também com as indicações do nascimento e baptismo de cada uma, tudo de accordo com o n. 3 paragrapho unico do art. 4º.

§ 1.º Ao contribuinte compete também declarar, pelo mesmo modo indicado, as alterações que se derem com os membros de sua familia e que possam influir sobre o abono da pensão.

§ 2.º As declarações que por leucura do contribuinte não puderem ser feitas por elle, sel-o-hão pelos seus parentes, corroboradas com attestado de dous medicos, cujas firmas serão reconhecidas por tabellião.

§ 3.º As declarações dos contribuintes excluidos da brigada serão também visadas pelo fiscal do corpo a que elles pertenciam na data da exclusão.

§ 4.º Todas as declarações, depois de rubricadas pelo presidente do conselho e thesoureiro, serão numeradas e devidamente registradas e archivadas.

§ 5.º A falta de declarações do contribuinte, ou os erros e omissões destas, não excluem a acção dos parentes que se considerarem prejudicados, ficando nesse caso suspenso o pagamento da pensão, a qual, solvida a duvida, será paga a quem do direito, sem prejuizo do tempo decorrido.

Art. 22. O conselho administrativo tem competencia para fiscalizar as declarações dos contribuintes mencionadas no artigo antecedente e corrigir as alterações indebitas ou omissões que verificar.

Art. 23. E' da attribuição do conselho administrativo a exclusão dos pensionistas e contribuintes que por qualquer motivo perderem os seus direitos.

Art. 24. Das decisões do conselho administrativo haverá recurso para o Ministro da Justiça.

Art. 25. O conselho será solidario nas faltas commettidas na gerencia dos dinheiros da caixa e por ellas responderá perante os tribunaes competentes, além das penas administrativas de que o Ministro da Justiça julgar passíveis os responsáveis.

Art. 26. Os descontos, bem como quaesquer quantias de outras origens, serão depositados immediatamente na 'Caixa Economica até que possam ser applicados na compra de apolices da divida publica.

Paragrapho unico. Na mesma caixa, entretanto, ficará depositada a quantia que o conselho julgar necessaria para occorrer ás diversas despesas mensaes.

Art. 27. O thesoureiro, devidamente autorizado pelo conselho, representará a caixa na compra de apolices, recebimento de juros e bem assim nas entradas e retiradas dos dinheiros da Caixa Economica.

Art. 28. Ao pensionista, logo que assim seja considerado, entregar-se-ha um título, pelo qual se cobrará em favor da caixa a quantia de 35, que será descontada da pensão, ou parte da pensão, no primeiro mez em que for esta abonada.

Paragrapho unico. Os títulos, devidamente numerados e sellados por conta dos interessados, serão assignados pelo presidente do conselho administrativo e pelo thesoureiro.

Art. 29. Servirá de base para percepção da pensão o decreto de reforma publicado em ordem do dia da brigada, ou no caso de fallecimento do contribuinte, as certidões do casamento, do obito, do baptismo, ou do registro civil do nascimento de todos os filhos, ou as certidões de casamento da mãe e obito do pae, bem como do baptismo ou registro civil do nascimento das irmãs solteiras, além de quaesquer outros documentos que forem necessários, cumprindo que sejam todos comparados com as declarações de que trata o art. 21.

Paragrapho unico. A petição, convenientemente documentada, será dirigida ao conselho.

Art. 30. A importancia das mensalidades, multas e joias em atraso, do contribuinte que for reformado ou fallecer, será descontada da pensão em prestações mensaes, conforme for resolvido pelo conselho.

Art. 31. A caixa não dará pensão maior do que a que corresponder ao meio soldo do posto de coronel.

Art. 32. As pensões não poderão soffrer penhora, embargos ou descontos para pagamento de dividas, salvo os que provierem das joias ou contribuições em atraso.

Art. 33. Prescreverá a pensão que não for reclamada dentro do prazo de cinco annos, excepto quando o pensionista for menor ou interdito.

Art. 34. O abono da pensão não se interrompe pelo facto de exercer o pensionista algum cargo remunerado.

Art. 35. Os pensionistas são também obrigados á contribuição mensal de que trata o art. 2º, a qual será abatida proporcionalmente da pensão ou parcella do pensão que recebem.

Art. 36. Os descontos das mensalidades dos officiaes e praças da brigada serão feitos nas folhas de vencimentos e entregues mensalmente ao thesoureiro, por meio de guias em duas vias, conferidas pelo respectivo fiscal e visadas pelo commandante do corpo.

A importancia dos descontos de multas será entregue também ao thesoureiro, por meio de guias em duplicata, conferidas pelo escripturario da contadoria e visadas pelo respectivo inspector, devendo o thesoureiro passar recibo nas segundas vias de todas as guias e rubricar as que ficarem em seu poder.

Art. 37. A inscripção dos contribuintes no livro competente será feita á vista das guias mencionadas na disposição anterior.

Art. 38. Os contribuintes que não entrando nas folhas de vencimentos da brigada deixarem de realizar pontualmente as suas mensalidades, incorrerão em uma multa de 20 % em

cada contribuição, no primeiro trimestre, que se elevará a 50 % no segundo trimestre e no primeiro dia do terceiro perderá o direito de contribuir e as quotas que tiverem pago.

Art. 39. As contribuições que, por escassez de vencimentos, não puderem ser descontadas, em um mez, selo-hão nos mezes seguintes; os descontos, porém, não poderão exceder a importância de duas mensalidades de cada vez, salvo pedido do contribuinte.

Art. 40. Não será restituída a diferença de soldo ou joia com que houverem contribuído as praças de pret graduadas que forem rebaixadas definitivamente para a ultima classe ou para a graduação immediata; quando, porém, a praça não houver pago ainda toda a joia correspondente ao seu novo soldo, aquella diferença será levada em conta a seu favor.

Art. 41. Todos os pensionistas são obrigados a apresentar certidão de vida, passada por autoridade competente, de doze em doze mezes.

Art. 42. Nenhum titulo portoncente á caixa poderá ser alienado, sinão em casos especiaes e com prévia autorização do Ministro.

Art. 43. As despesas, mesmo com beneficencias, emquanto o capital da caixa não attinzer a 1.000.000\$, não deverão exceder os rendimentos do mesmo capital e mais um terço das contribuições, podendo o conselho reduzir provisoria e proporcionalmente as pensões quando as despesas forem superiores aos recursos aqui fixados, mas, desde que se eleva aquella somma, poderão ser applicados até dous terços das contribuições em beneficencias.

Art. 44. Os casos não previstos neste regulamento serão resolvidos pelo conselho administrativo, que recorrerá ás leis e regulamentos do montopio civil ou militar applicaveis ao assumpto, submettendo em seguida as suas decisões á approvação do Ministro da Justiça.

Disposições transitórias

Art. 45. Por fundação da caixa entender-se-ha o dia primeiro do mez em que for publicado este regulamento, devendo nessa mesma data começar o recebimento da primeira contribuição.

Art. 46. Aos officiaes do exercito, que, por occasião da promulgação do decreto legislativo n. 1.095, de 9 de novembro de 1903, e do presente regulamento, estiverem servindo na brigada policial, é facultado contribuir para a caixa de beneficencia, mas o de conto será feito relativamente ao soldo do posto effectivo que tiverem no exercito, e só no caso de reforma, estando ainda em serviço na mesma brigada, terão direito á pensão.

§ 1.º Esses officiaes, quando dispensados da commissão, continuarão a contribuir para a caixa, não beneficiando, porém, a si, mas somente á sua familia. A contribuição, neste caso, será correspondente ao posto effectivo que tiverem no exercito por occasião da dispensa, sem direito a accesso.

Art. 47. Ao official ou praça que for reformado antes do prazo fixado para o inicio dos beneficios da caixa ou a sua

mulher e filhos ou mãe viuva e irmãs solteiras, si elle fallecer, é permitido continuar com as mensalidades para obter a pensão quando esta lhes tocar.

Art. 48. Fica excluido do dispositivo do art. 31 o actual commandante da brigada, cujo pensão será correspondente ao posto que tem actualmente no exercito.

Art. 49. Os beneficios da caixa sómente serão iniciados quando decorrer um anno contado do dia a que se refere o art. 45.

Rio de Janeiro, 7 de janeiro de 1904. — J. J. Seabra.

DECRETO N. 5.102 — DE 7 DE JANEIRO DE 1904

Concede ao Collegio Diocesano de S. José de Pouso Alegre, no Estado de Minas Geraes, as vantagens de que goza o Gymnasio Nacional

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Attendendo ás informações prestadas pelo delegado do Governo sobre os programmas de ensino e o modo por que são executados no Collegio Diocesano de S. José de Pouso Alegre, no Estado de Minas Geraes, resolve conceder a este estabelecimento de instrucção, á vista do disposto no art. 361 do Codizo dos Institutos Officiaes do Ensino Superior e Secundario approvedo pelo decreto n. 3.890, de 1 de janeiro de 1901, as vantagens de que goza o Gymnasio Nacional.

Rio de Janeiro, 7 de janeiro de 1904, 16ª da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

J. J. Seabra.

DECRETO N. 5.103 — DE 7 DE JANEIRO DE 1904

Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca da Capital do Estado de S. Paulo

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, decreta:

Artigo unico. Fica creada na guarda nacional da comarca da Capital do Estado de S. Paulo mais uma brigada de infantaria, com a designação de 131ª, a qual se constituirá de tres batalhões do servico activo, ns. 391, 392 e 393, e um do da reserva, sob n. 131, que se organizarão com os guardas qualificados nos districtos da referida comarca; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 7 de janeiro de 1904, 16ª da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

J. J. Seabra.

MENSAGENS

Sr. Presidente do Senado Federal—Havendo sancionado a resolução do Congresso Nacional constante do decreto n. 1.151, desta data, o qual reorganiza os serviços de hygiene administrativa da União, cabe-me devolver dous dos autographos que acompanharam vossa mensagem, sob n. 163, de 27 de dezembro ultimo.

Rio de Janeiro, 5 de janeiro de 1904.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

Sr. Presidente do Senado Federal—Havendo sancionado a resolução do Congresso Nacional constante do decreto n. 1.155, desta data, a qual autoriza o Governo a modificar o regulamento do Instituto Nacional de Musica, cabe-me devolver dous dos autographos que acompanharam vossa mensagem, sob n. 168, de 30 de dezembro ultimo.

Rio de Janeiro, 7 de janeiro de 1904.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

Sr. Presidente do Senado Federal—Havendo sancionado a resolução do Congresso Nacional constante do decreto n. 1.152,

desta data, creando na Secção do Districto Federal mais uma vara do juiz federal e dando outras providencias, tenho a honra de devolver dous dos autographos que acompanharam vossa mensagem de 28 do mez findo.

Rio de Janeiro, 7 de janeiro de 1904.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Directoria da Justiça—1ª secção — Rio de Janeiro, 7 de janeiro de 1904.

Sr. 1º Secretario do Senado Federal—Tenho a honra de transmitir-vos, assim de ser presente ao Senado, a Mensagem do Sr. Presidente da Republica, concernente á resolução do Congresso Nacional, creando na Secção do Districto Federal mais uma vara de juiz federal e dando outras providencias. Saude e fraternidade. — J. J. Seabra.

Sr. 1º Secretario da Camara dos Deputados — Havendo sancionado a resolução do Congresso Nacional constante do decreto n. 1.156, desta data, autorizando-me a conceder um anno de licença, com ordenado, em prorogação á que lhe foi concedida pelo Poder Legislativo em 13 de julho do anno passado, a Augusto Moreno de Alagão, amanuense

do Tribunal Civil e Criminal, para tratar da saude onde lhe convier, tenho a honra de devolver dous dos autographos que acompanharam vossa mensagem de 5 do corrente mez.

Rio de Janeiro, 7 de janeiro de 1904.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Directoria da Justiça—1ª secção — Rio de Janeiro, 7 de janeiro de 1904.

Sr. 1º Secretario da Camara dos Deputados—Tenho a honra de transmitir-vos, assim de ser presente a essa Camara, a Mensagem do Sr. Presidente da Republica, concernente á resolução do Congresso Nacional que autoriza a conceder um anno de licença, com ordenado, e em prorogação, a Augusto Moreno de Alagão, amanuense da Secretaria do Tribunal Civil e Criminal.

Saude e fraternidade. — J. J. Seabra.

Sr. Presidente da Camara dos Deputados — Havendo sancionado a resolução do Congresso Nacional constante do decreto numero 1.160, desta data, mandando abonar aos officiaes do corpo do bombeiros, que se reformaram, além do soldo devido, uma gratificação annual correspondente a cada

anno de serviço que exceder dos vinte e cinco primeiros e dando outras providencias, tenho a honra de devolver dous dos autographos que acompanharam vossa mensagem de 5 do corrente mez.

Rio de Janeiro, 7 de janeiro de 1904.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Directoria da Justiça—2ª secção—Rio de Janeiro, 7 de janeiro de 1904.

Sr. 1º Secretario da Camara dos Deputados—Tenho a honra de transmittir-vos, afim de ser presente a essa Camara, a Mensagem do Sr. Presidente da Republica, concernente á resolução do Congresso Nacional que manda abonar aos officiaes do corpo de bombeiros, que se reformarem, além do soldo devido, uma gratificação annual correspondente a cada anno de serviço que exceder dos vinte e cinco primeiros, e dá outras providencias.

Saude e fraternidade.—*J. J. Seabra.*

Sr. Presidente da Camara dos Deputados—Havendo sancionado a resolução do Congresso Nacional constante do decreto numero 1.158, desta data, autorizando-me a conceder seis mezes de licença, em prorrogação, ao Dr. Oscar Vianna, procurador da Republica na secção da Bahia, tenho a honra de devolver dous dos autographos que acompanharam vossa mensagem de 4 do corrente mez.

Rio de Janeiro, 7 de janeiro de 1904.—

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores—Directoria da Justiça—1ª secção—Rio de Janeiro, 7 de janeiro de 1904.

Sr. 1º Secretario da Camara dos Deputados—Tenho a honra de transmittir-vos, afim de ser presente a essa Camara, a Mensagem do Sr. Presidente da Republica, concernente á resolução do Congresso Nacional autorizando-o a conceder seis mezes de licença, em prorrogação, ao Dr. Oscar Vianna, procurador da Republica na secção da Bahia.

Saude e fraternidade.—*J. J. Seabra.*

Sr. Presidente da Camara dos Deputados—Havendo sancionado a resolução do Congresso Nacional que confere privilegio á divida proveniente de salarios de trabalhador agricola, afim de ser paga pelo producto da colheita para a qual houver concorrido com o seu trabalho, precipuamente a quaesquer outros creditos, salvo os que forem garantidos por hypotheca ou penho agricola devidamente inscripto e transcripto; tenho a honra de vos restituir dous dos autographos que acompanharam a vossa mensagem do 22 do mez proximo findo.

Rio de Janeiro, 7 de janeiro de 1904.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas—Directoria Geral da Industria—1ª secção—N. 1—Rio de Janeiro, 7 de janeiro de 1904.

Sr. 1º Secretario da Camara dos Deputados—Tenho a honra de passar ás vossas mãos a inclusa Mensagem pela qual o Sr. Presidente da Republica devolve, devidamente sancionados, dous dos autographos da resolução do Congresso Nacional que confere privilegio para pagamento da divida proveniente de salarios de trabalhador agricola.

Saude e fraternidade.—*Lauro Severiano Müller.*

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores

Por decretos de 7 do corrente mez :

Foram nomeados supplentes do substituto do juiz Federal e auxiliares do procurador da Republica :

SECÇÃO DO RIO DE JANEIRO

Comarca da Barra do Pirahy

1º supplente, Dr. Joaquim de Carvalho Bettamio.

Comarca de Cantagallo

Ajudante do procurador da Republica, Eurico de Souza Coelho.

SECÇÃO DO CEARÁ

Comarca de Jaguaribe-mirim

1º supplente, João Leitão Bezerra.

2º supplente, Romualdo Barbosa de Menezes.

3º supplente, José Thomaz de Aquino.

Foi prorogado por seis mezes, sem vencimentos, a licença concedida por decreto de 18 do junho do anno passado, para tratamento de saúde, ao bacharel Luiz Carlos de Andrade, 7º aljuno dos promotores publicos desta Capital.

Foi declarado sem effeito o decreto de 25 de maio do anno passado, que nomeou o tenente-coronel Eugenio Augusto Aritta Lapa Pinto para o logar de 1º supplente do substituto do juiz Federal na comarca da Barra do Pirahy, na secção do Rio de Janeiro, visto não ter accedido a nomeação.

Foi concedida ao bacharel Gustavo Modesto Martins de Mello a demissão que pediu ao logar de ajudante do procurador da Republica na comarca de Cantagallo, na secção do Rio de Janeiro.

Foram concedidos acrescimos de vencimentos:

De 5 %, ao Dr. Francisco Pinheiro Guimarães, lente do Internato do Gymnasio Nacional, correspondente a 10 annos de serviço effectivo no magisterio.

De 5 %, a Arnaud Duarte de Gouvêa, professor do Instituto Nacional de Musica, corresponde a igual tempo ;

De 10 %, ao Dr. Braz Hermonegildo do Amaral, lente da Faculdade de Medicina da Bahia, correspondente a 15 annos ;

De 20 %, ao Dr. Decleciano Ramos, lente da Faculdade de Medicina da Bahia, correspondente a 20 annos ;

De 20 %, ao Dr. Clodoaldo de Andrade, substituto da dita Faculdade ;

De 20 %, ao Dr. Pedro Severiano de Magalhães, lente da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.

Concedeu-se aposentadoria ao amanuense da Faculdade de Medicina da Bahia, João da Costa Cirne e ao bedel da Escola Polytechnica Eduardo Alfredo Soares.

RECTIFICAÇÃO

Os cidadãos nomeados por decreto de 28 de dezembro ultimo para o posto de tonente da 2ª e 3ª companhias do 6º batalhão de infantaria da guarda nacional do municipio do Recife, no Estado de Pernambuco, chamam-se João Sabino Rodrigues Silva e Alberto Ribeiro e não João Sabino Rodrigues Lisboa e Alberto Hilario Ribeiro, como foi publicado no *Diario Official* de 30 do mesmo mez.

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas

Por decreto de 23 de dezembro findo, foi concedido privilegio de invenção, por 15 annos, reservando o Governador os direitos de terceiro e a sua responsabilidade quanto á novidade e utilidade da invenção, pela patente n. 4.005, a José Coelho Barbosa, brasileiro, negociante e estabelecido nesta cidade do Rio de Janeiro, para sua invenção de—Novo sistema de botica homopathica.

SECRETARIAS DE ESTADO

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores

Additamento ao expediente de 5 de janeiro de 1904

DIRECTORIA DO INTERIOR

Remetteu-se ao 1º Secretario do Senado Federal, para os fins convenientes, a mensagem do Sr. Presidente da Republica, relativa á resolução do Congresso Nacional que reorganiza os serviços de hygiene administrativa da União.

Expediente do dia 7 de janeiro de 1904

DIRECTORIA DA JUSTIÇA

Declarou-se ao chefe de policia do Districto Federal que, á vista da informação prestada pelo director da Colonia de Alienados, na Ilha do Governador, não póde o apparelho telephonico alli existente ser utilizado pela policia da 8ª circumscripção suburbana; outrossim, que fica approvada a despoza feita com os concertos dos apparelhos sanitarios da 4ª delegacia urbana, na importancia de 65\$, que deverá ser paga pela verba — Obras — do exercicio de 1903.

— Foram autoriza los:

O commandante superior da guarda nacional nesta capital a conceder guia de mudança para a cidade de Natividade de Carangola, no Estado do Rio de Janeiro, ao tenente-coronel João Fonseca Ribeiro Bastos, commandante do 6º batalhão de infantaria da guarda nacional desta Capital ;

O commandante superior interino no Estado do Pará, a conceder guia de mudança para a comarca de Belém, no dito Estado, ao capitão Ignacio de Loyola Pinto, ajudante de ordem da 7ª brigada de infantaria da comarca do Furo.

— Transmittiram-se:

Ao juiz federal na secção de Minas Geraes, com a portaria de *exequatur*, da qual deverá ser pago o sello competente, afim de ter o devido cumprimento, sendo opportunamente devolvida, a carta rogatoria expedida pelo Real Tribunal Prussiano de Charlottenburg, ás justicas do mesmo Estado, para notificação de Aloys Weber, tambem chamado Guilherme Weber ;

Ao juiz federal na secção do Rio Grande do Sul, para igual fim, a carta rogatoria expedida pelo Real Tribunal Prussiano de Charlottenburg, ás justicas do referido Estado, para notificação do Georg Weber ;

Ao juiz federal na secção do Ceará, o do decreto de 21 do mez findo, nomeando Severino de Souza Uchôa para o logar de ajudante do procurador da Republica na comarca do Cascavel, na referida secção.

DIRECTORIA DO INTERIOR

Foram naturalizados brasileiros os subditos portugueses Ayres Martinho de Andrade e Francisco Martins, residentes, o primeiro nesta cidade e o ultimo no Estado de Minas Geraes.

—Autorizou-se o director do Instituto Nacional de Surdos-Mudos, em referencia ao officio de 2 do corrente mez, a mandar adquirir na Europa, a exemplo do que tem sido praticado nos annos anteriores, uma parte do material necessario aos servicos das diversas officinas desse instituto durante o presente anno, correndo a despeza por conta da consignação—Material para as officinas—do actual exercicio.

—Declarou-se:

Ao director do Instituto Nacional de Musica, em resposta ao officio de 30 de dezembro findo, que aos professores interinos desse instituto compete o vencimento dos respectivos logares enquanto não forem substituidos;

—Ao director da Faculdade de Medicina da Bahia, em referencia ao officio n. 949, de 30 de novembro ultimo, que este Ministerio fica sciente de haver deixado o exercicio do seu cargo, em 27 do alludido mez o amauense da mesma faculdade João da Costa Cirne, por ter sido nomeado por portaria do governo daquelle Estado, afim de fazer parte da junta do alistamento militar para o exercito e armada, no districto da Penha.

—Ao delegado fiscal do governo junto ao Collegio São Vicente de Paulo, em Petropolis, que este Ministerio resolveu, de conformidade com o art. 382, n. 7, doCodigo dos Institutos Officiaes de Ensino Superior e Secundario aprovado pelo decreto n. 3.890, de 1 de janeiro de 1901, seja admittido no estabelecimento sob sua fiscalização, como aluno externo gratuito o menor Sebastião Duarte de Barros, filho da viuva Maria Julia Duarte de Barros, satisfeitas as exigencias regulamentares.

—Ao mesmo delegado fiscal que attendendo ao requerimento de Geminiuno de Miranda Souza Gomes e á informação prestada em 26 de dezembro ultimo, este Ministerio resolveu permittir, por equidade, que o mesmo faça, na 2ª época, exame de allmã, unica materia que lhe falta para poder receber o grão de bacharel em sciencias o lettras.

—Recomendou-se ao delegado fiscal do Governo junto á Faculdade Livre de Direito de Minas Geraes, em Belo Horizonte, em referencia ao officio de 17 de dezembro ultimo, que informe si o alumno Humboldt Halfeld Fontainha cursou, em 1903, o 2º anno dessa faculdade, na dependencia exclusiva da cadeira de direito civil.

—Remetteu-se ao 1º Secretario do Senado Federal, para os fins convenientes, a mensagem do Sr. Presidente da Republica relativa á resolução do Congresso Nacional que autoriza o Governo a modificar o regulamento do Instituto Nacional de Musica.

—Solicitou-se do Ministerio da Fazenda, em additamento ao aviso de 11 de novembro proximo findo, a expedição das necessarias ordens autorizando a Delegacia Fiscal do Thesouro Federal no Estado de Minas Geraes a mandar effectuar, pela Collectoria de Juiz de Fora, o pagamento da gratificação que compete ao delegado fiscal do Governo junto ao Collegio Americano Granbery, do bacharel Francisco Casamiro Chainer, visto já ter sido feito na referida Delegacia Fiscal pelo director do alludido collegio o deposito a que é o rigado de accordo com o paragraho unico do art. 336 do decreto n. 3.891, de 1 de janeiro de 1901, para occorrer áquello pagamento.—Deu-se conhecimento ao delegado fiscal do Governo junto ao mencionado collegio,

Requerimentos despachados

Domenico Francisco Presta, por seu procurador Augusto Naveilli Brazili, solicitando naturalização.—O requerimento documentado, foi remettido á Delegacia Fiscal do Thesouro Federal no Estado de S. Paulo, com o officio da presente data, para os fins de que trata o art. 16 do decreto n. 3.564, de 22 de janeiro de 1900.

Antonio de Moraes Fernandes, alumno da Faculdade Livre de Direito de Por o Alegre, tendo feito, na 1ª época, exame das materias do 1º anno, pede permissão para prestar, no 2º exame do 2º anno.—Inferido, á vista do disposto no art. 153 doCodigo de ensino em vigor.

Celestino Ferreira Lisboa.—O requerimento foi remettido á Delegacia Fiscal do Thesouro Federal no Estado de S. Paulo, para os fins do art. 48 do decreto n. 3.564, de 22 de janeiro de 1900.

DIRECTORIA DE CONTABILIDADE

Para conhecimento das repartições subordinadas declarou-se que foram assignalados mais os contractos abaixo para fornecimentos durante o actual 1º semestre, pelos seguintes preços:

ANTUNES & IRMÃO, RUA GONCALVES DIAS N. 4

Relação de generos alimenticios de primeira qualidade e outros artigos

Aguardente do canna, litro.....	\$325
Alcool ordinario (espírito de vinho), idem.....	\$505
Aletria, kilogramma.....	\$770
Alhos, cento.....	1\$930
Araruta, kilogramma.....	\$80
Arroz, idem.....	\$308
Azule de sebo, litro.....	\$858
Dito doce, idem.....	1\$590
Dito francez, garrafa.....	1\$600
Azeitonas, lata de 1 1/4.....	\$68
Bacalhão, kilo.....	\$770
Banha, idem.....	1\$159
Com americana para pharmacia.....	1\$341
Batatas.....	\$229
Cangica, idem.....	\$330
Carno secco, idem.....	\$660
Dita de porco salgado, idem.....	\$76
Cebolas, cento.....	2\$900
Corveja nacional de 1ª qualidade garrafa.....	1\$109
Dita idem de 2ª dita, idem.....	\$800
Chá preto, kilogramma.....	9\$509
Dito verde, idem.....	8\$500
Chocolato, idem.....	2\$400
Cognac francez genuino, garrafa de litro.....	7\$500
Colorão, kilo.....	2\$50
Ervilha, idem.....	\$70
Ervilhas, (petits-pois) lata de 1/2 kilo.....	1\$290
Estirvas, uma.....	\$69
Farinha de mandioca, kilo.....	\$167
Dita de aveia, lata de 2 libras....	1\$109
Feijão preto, kilo.....	\$25
Dito de côros, idem.....	\$360
Fubá, idem.....	\$80
Gelée nacional, vidro.....	\$709
Goiabada, kilo.....	2\$200
Kerosene, caixa.....	9\$300
Lagosta, lata de 1/2 kilo.....	2\$70
Leite condensado, idem.....	\$309
Linguas seccas, duzia.....	15\$900
Lombo de porco salgado, kilo....	1\$280
Louro, idem.....	1\$100
Maizena, pacote de 250.0.....	\$30
Manteiga emagny, kilo.....	5\$800
Dita Bretel, idem.....	5\$600
Manteiga nacional, kilo.....	3\$809
Marmelada nacional, idem.....	1\$409
Massas brancas para sopa, idem..	\$480

Ditas amarellas.....	\$680
Massas de tomates, idem.....	1\$600
Mitte, idem.....	\$500
Palitos, pacote de 10 maço.....	\$300
Palos, kilo.....	4\$800
Phosphoros, pacote de 10 caixas..	\$460
Pimenta da India, kilo.....	1\$900
Polvilha nacional, idem.....	\$160
Queijo de Minas, idem.....	2\$900
Dito do Rheno, idem.....	4\$900
Rhum da Jamaica, garrafa.....	5\$500
Sabão virgem, kilo.....	\$360
Sagú, idem.....	\$900
Sal, idem.....	\$100
Dito fino, vidro de 1.500.0.....	\$800
Salmão, lata de 1/2 kilo.....	2\$000
Sarlinhas, idem.....	\$820
Tapioca, kilo.....	\$600
Tomeinho idem.....	1\$007
Tijolo de arear, duzia.....	3\$000
Volas, pacote de 1/2 kilo.....	1\$350
Vinagre, litro.....	\$270
Vinho branco, idem.....	1\$100
Dito do Porto, idem.....	1\$200
Dito idem Viilar d'Allem, garrafa.	2\$800
Dito idem Macedo, idem.....	2\$300
Dito virgem, litro.....	1\$100

ANTONIO SOARES, IRMÃO & COMP., RUA DO RIACHUELO NS. 74 E 76

Forragens

Alfafa, kilo.....	\$147
Farello, idem.....	\$098
Fubá grosso, idem.....	\$150
Milho, idem.....	\$126

GUIMARÃES IRMÃO & COMP., RUA DO ROSARIO N. 84

Assucares

Assucar de 1ª, kilo.....	\$510
Dito de 2ª, idem.....	\$520
Dito de 3ª, idem.....	\$425
Dito mascavo, idem.....	\$240
Dito branco grosso, idem.....	\$450

Expediente de 7 de janeiro de 1904

DIRECTORIA GERAL DE SAUDE PUBLICA

Por portaria desta data foi exonerado, a seu pedido, o Dr. Francisco Nunes Coelho do logar de inspector sanitario em commissão.

—Accusou-se ao superintendente geral da The Leopoldina Railway Company o recebimento do officio n. 24, de 5 do corrente.

—Comunicou-se:

Ao delegado de saude do 7º districto sanitario que foi exonerado, a seu pedido, o Dr. Francisco Nunes Coelho do logar de inspector sanitario, em commissão, que servia n aquella delegacia;

Ao inspector geral das Obras Publicas e ao cominadante do Corpo de Bombeiros que a desinfeção das galerias das aguas pluvias, pelo gaz Clayton, será feita por mais quatro dias na zona já determinada e nas ruas Senador Bernardo de Vasconcellos, General Caldwell, trecho da rua Riachuelo até Frei Caneca, Arcos e Visconde de Maranhaupe até o mar.

—Solicitaram-se providencias:

Do director da Estrada de Ferro Central do Brazil, para que sejam substituidas as cadernetas de passes ns. 4.708 e 6.455, o remittida a esta directoria mais uma de 1ª classe;

Do inspector geral das Obras Publicas, para que seja desobstruida a galeria de aguas pluvias da rua dos Invalidos, principalmente na parte atravessada pela do Senado.

—Officiou-se ao Sr. Ministro propondo-se a organização de uma commissão scientifica para elucidação da etiologia e prophylaxia do beri-beri.

—Recomendou-se aos chefes dos 1º, 3º, 4º e 6º districtos sanitarios que mandem effectuar rigorosas visitas de policia e vigilancia sanitarias nos seguintes predios:

- Rua Voluntarios da Patria n. 122.
- Ladeira do Castello n. 14.
- Rua de S. Jorge n. 39.
- Rua Frei Caneca ns. 240 e 273.
- Rua do Sando n. 197.

—Remetteram-se:

Ao director geral da contabilidade deste Ministerio a folha de vencimentos do pessoal do Instituto Sorotherapico do Manguinhos, na importancia de 4:218\$387, relativa ao mez de dezembro ultimo; a folha de pagamento da tripulacao da lancha empregada no servico das colonias de alienatos, no referido mez e uma conta na importancia de 83 \$333 do aluguel da casa da rua do Lavradio n. 122;

Ao inspector geral das Obras Publicas a seguinte relacao dos predios que não possuem caixas para agua:

- Rua da Alfandega ns. 163, 165, 190, 194, 196, 198, 200; 202, 212, 236, 238, 248, 250, 252, 254, 256, 260, 262, 268, 272, 274 e 276;
- Rua do Hospicio ns. 342, 344, 346, 348, 350, 352, 354, 356, 358 e 360;
- Rua da Carioca ns. 8, 12, 14, 16, 20, 22, 24, 26, 30, 38, 40, 44, 46, 48, 60, 66, 68, 70, 72, e 74;
- Becco da Carioca n. 4;
- Rua Sete de Setembro n. 89 (1º andar);
- Rua Tobias Barreto ns. 3 E, 48, 63, 65 e 92;
- Rua do Nuncio n. 12 E;
- Rua Senhor dos Passos n. 238;
- Rua do Rosario ns. 2, 10, 16, 22, 84, 87 (2º andar), 125 (idem) e 127 (idem).

Requerimentos despachados

Dia 7 de janeiro de 1903

Companhia Novo Lloyd Brasileiro. — Deferido.

Angelo Carlos de Albuquerque Mello. — Submetta-se a exame de validade.

POLICIA DO DISTRICTO FEDERAL

Por actos de 8 do corrente:

Foi nomeado inspector seccional interino da 4ª circumscripção suburbana o cidadão Francisco Vital de Oliveira.

Foram exonerados:

Do cargo de 3º supplente da 2ª circumscripção o cidadão Francisco de Paula e Silva, sendo nomeado para substituí-lo o major Francisco de Paula Azevedo;

O guarda da Colonia Correccional dos Dous Rios Pedro Affonso Ferreira e nomeado para o seu lugar José Jordão da Silva Vargas.

Ministerio da Fazenda

Por titulo de 8 do corrente, foi nomeado Carlos de Souza Victorino para o lugar de continuo da Inspectoria Geral de Seguros.

RECTIFICAÇÃO

O escripturario da Inspectoria Geral de Seguros, nomeado por titulo de 7 do corrente, chama-se Ademaro Augusto de Castro Machado e não Aldemar Augusto de Castro Machado, como foi publicado.

Directoria do Expediente do Thesouro Federal

Requerimentos despachados

Pelo Sr. Ministro:

José Antonio Marques, por seu procurador, pedindo cumprimento de um alvará para pagamento da pensão de sua tutelada Yolanda, fallecida em abril ultimo. — De accordo com os pareceres. Cumpra-se o alvará, pagando-se ao Sr. tenente José Antonio Marques, ou ao seu procurador legalmente constituído, a quantia de 132\$096 que a sua tutelada Yolanda, filha do 2º tenente Manoel Luiz de Bulhões Marques e fallecida a 25 de abril ultimo, deixou de receber da sua pensão correspondente aos mezes de janeiro a 24 do mesmo mez de abril.

Manoel Francisco Alves, commerciante na ilha do Governador, reclamando contra uma multa que lhe foi imposta pela Recebedoria. — Indeferido.

Maria Martha, pedindo pagamento de vencimentos de seu fiado pai Bernardo Tejada, soldado reformado do corpo de bombeiros. — Indeferido, á vista dos pareceres.

Matherson & Comp., negociantes na cidade de Santos, Estado de S. Paulo, pedindo para serem trocadas estampilhas do sello adhesivo do antigo padrão por outras do novo. — Indeferido.

Cypriano Mallet de Souza Soares, pedindo titulo de aforamento de um terreno de marinhãs em Nitheroy. — De accordo com os pareceres. Deferido. Lavre-se o termo de aforamento e expoa-se o respectivo titulo.

Bernardo Sammartin, pedindo uma certidão. — Dirija-se á Alfandegada do Rio de Janeiro.

Joaquim do Campos Maciel, 3º escripturario da Imprensa Nacional, pedindo pagamento por exercicio findo, de setedias em que esteve de férias o anno passado. — De accordo com os pareceres. Pague-se a quantia de 53\$156 ao suppliantante Joaquim do Campos Maciel, 3º escripturario da Imprensa Nacional, proveniente do vencimento de setedias do mez de setembro ultimo, deixados de ser abonados quando se achava em férias o suppliantante.

The Leopoldina Railway Company, Limited, pedindo titulos de aforamento de terrenos de marinhãs e accrescidos em Sant'Anna de Maruhy, Nitheroy — Publique-se edital, de accordo com o parecer.

Carolina Dutra de Souza e Silva, pedindo transferencia para seu nome e de sua filha,

menor, Francisca, do dominio util de um terreno de marinhãs em Nitheroy. — De accordo com os pareceres. Faça-se a transferencia pedida. Provada a quitação de 1902, lavrem-se os respectivos termos e expeçam-se os titulos.

—Processos de habilitação:

Felicidade Perpetua Cardoso Pereira de Mello Przewodowski, viuva do capitão-tenente Estanislão Przewodowski, ao meio-soldo e montepio. — Passem-se os titulos

Clotilde Pimentel Duarte e suas irmãs, á reversão do meio-soldo e montepio que percebia sua finada mãe, Anna Carolina Pimentel Duarte. — Passem-se os titulos.

—Pelo Sr. director:

Eugenio Ferraz de Abreu, archivista do Ministerio das Relações Exteriores, pedindo uma certidão. — Requeira ao Tribunal de Contas.

EXPEDIENTE DO SR. MINISTRO

Dia 8 de janeiro de 1904

Sr. Ministro da Industria, Viação e Obras Publicas:

N. 5—Convindo aos interesses da fazenda, conforme declara o delegado fiscal do Thesouro Federal no Estado das Alagoas, em telegramma de 1 de dezembro do anno proximo passado, que sejam iniciadas, com urgencia, as obras de que carecem as pontes e o edificio da Alfandega da Capital do mesmo Estado, peço vos digneis de providenciar para que seja enviado ao Thesouro o orçamento das ditas obras, o qual foi dirigido ao ministro com o officio do engenheiro fiscal da Alagoas Railway n. 9, de 7 de julho de 1902, como consta do mencionado telegramma.

—Sr. inspector da Alfandega do Rio de Janeiro:

N. 1 — Communico-vos, para os devidos effectos, ter resolvido que o 1º escripturario da Alfandega do Espirito Santo Hermenegillo Pereira de Almeida passo a ter exercicio nessa alfandega, até ulterior deliberação em contrario.

—Sr. delegado fiscal no Espirito Santo:

N. 1 — Communico-vos, para os devidos fins, ter resolvido que o 1º escripturario da Alfandega desse Estado Hermenegillo Pereira de Almeida passo a servir na Alfandega do Rio de Janeiro, até ulterior deliberação em contrario.

Alfandega do Ceará

Demonstração do valor official e direitos pagos da importação de mercadorias estrangeiras effectuada pela Alfandega do Ceará no semestre de janeiro a junho de 1903 com declaração da respectiva procedencia

PAIS DE PROCEDENCIA	VALOR OFFICIAL	DIREITOS ARRECADADOS	EXPEDIENTE DOS GENEROS LIVRES DE DIREITOS
Inglaterra.....	1.651:121\$382	942:033\$757	2:009\$353
Allemanha.....	570:402\$324	205:917:901	395\$780
Estados Unidos.....	397:365\$912	82:125\$787	42\$000
França.....	307:224\$525	136:976\$386	28\$200
Portugal.....	128:887\$804	62:062\$159	
Belgica.....	60:946\$147	15:501\$531	
	3.124:948\$094	1.444:617\$521	2:475\$333

Segunda secção da Alfandega do Ceará, 30 de novembro de 1903.—O chefe, *Baldino José Meira*.

Alfandega da Parnaíba

(ESTADO DO PIAUHY)

Demonstração da renda arrecadada por esta alfandega no mez de novembro de 1903, comparada com a de igual mez em 1902

RECEITA	MEZ DE NOVEMBRO		DIFFERENÇAS	
	1903	1902	Para mais	Para menos
Importação.....	26:030\$614	19:712\$638	6:317\$976	
Interior.....	1:607\$848	1:978\$759	—	370\$911
Consumo.....	5:290\$820	2:727\$520	2:563\$300	
Extraordinaria.....	129\$042	148\$506	—	19\$464
Renda especial:				
Fundo de resgate.....	498\$587	334\$364	164\$223	
Dito de garantia.....	1:337\$056	982\$373	354\$683	
	34:893\$067	25:884\$160	9:400\$182	300\$375

CARGA DESPACHADA

Anos	Volumes	Toneladas
1903	436	18,196
1902	211	11,280

Alfandega da Parnaíba, 4 de novembro de 1903.—O 2º escr.pturario, *Alípio da Silva Nozara*.

Quadro demonstrativo dos valores, quantidade e importância das notas de papel-moeda, em circulação em 31 de dezembro de 1903

VALORES	QUANTIDADE DE NOTAS	IMPORTANCIA POR VALORES	IMPORTANCIA TOTAL EM CIRCULAÇÃO
\$500.....	10.254.338	5.127.163\$000	
1\$000.....	13.896.937 1/2	13.896.937\$500	
2\$000.....	10.525.614	21.051.228\$000	
5\$000.....	6.492.138 1/2	32.460.692\$500	
10\$000.....	7.199.301	71.993.015\$000	
20\$000.....	2.532.316 1/2	50.646.320\$000	674.978.943\$000
30\$000.....	26.651	799.530\$000	
50\$000.....	1.901.310	95.065.500\$000	
100\$000.....	606.667	60.666.700\$000	
200\$000.....	758.563	151.712.800\$000	
500\$000.....	343.118 1/2	171.559.250\$000	
	54.536.953 4/2	674.978.943\$000	

A circulação em 30 de novembro de 1903..... 675.017.903\$000

A diferença para menos é de 38:961\$000.

Esta diferença provém:

Troco de nickel..... 25:617\$000

Desconto de notas..... 13:344\$000

38:961\$000

Resta em circulação..... 674.978.943\$000

Nota

Existencia em circulação em 31 de agosto de 1898..... 788.361:614\$560

Importancia retirada da circulação até 31 de dezembro de 1903 113.385:672\$500

674.978:943\$000

Thesouraria do papel-moeda, 4 de janeiro de 1904.—Servindo de chefe de secção, *A. J. M. Zamith*.—O thesoureiro, *A. Barbosa dos Santos*.

RECEBERIA DO RIO DE JANEIRO

Requerimentos despachados

Dia 8 de janeiro de 1904

Veneravel Ordem 3ª da Immaculada Conceição.—Deduzam-se tres mezes do exercicio de 1903 e note-se no lançamento estar o predio demolido.

Maria Isabel da Cunha Braga.—Sellado o conhecimento, restitua-se a quantia de 36\$000.

Antonio do Assis Brandão dos Santos.—Dê-se a baixa requerida.

Manoel José de Souza Guimarães.—Indeferido.

Alexandro Pereira da Costa.—Deduzam-se nove mezes do exercicio de 1903.

José Maria Gonçalves Braga.—Indeferido.

Antonio Fernandes Moreira Magno.—Exonere-se do pagamento do exercicio de 1903.

Adelaide Vieira Paranhos.—Exonere-se do pagamento do exercicio de 1903.

João Esteves de Carvalho.—Sellado o documento e pago o imposto em debito, transfira-se.

Henrique de La Peña Gusmão.—Indeferido.

Jeronymo Teixeira Boavista.—Exonere-se do pagamento do exercicio de 1903.

Antonio Francisco Pinto Monteiro.—Exonere-se do pagamento do exercicio de 1903.

Luiz Ferreira da Costa.—Idem.

João da Cruz Rolão.—Idem.

Augusto Marques de Carvalho Oliveira.—Idem.

Antonio Militano.—Idem.

José Luiz Fernandes Velloso.—Deduzam-se 11 mezes do exercicio de 1903.

Jayme Gonçalves.—Restitua-se a quantia de 100\$000.

Elydia de Souza.—Exonere-se do pagamento do exercicio de 1903.

Maria José de Oliveira e Silva.—Idem.

Amelia Julia Fernandes.—Exonere-se do pagamento dos exercicios de 1902 e 1903.

José de Gó. v. Mendonça.—Exonere-se do lançamento.

Juvenio N. de Moraes.—Deduzam-se quatro mezes do exercicio de 1903.

Ministerio da Marinha

Por portarios de 8 do corrente:

Foi am concedidos ao cirurgião de 4ª classe 1º tenente Dr. Antonio Alves da Silva Junior dois mezes de licença, na forma da lei e á vista do parecer da junta medica, para tratar de sua saúde onde lhe convier.

Foram nomeados, de conformidade com o regulamento anexo ao decreto n. 3.234, de 17 de março de 1899, para exercer o lugar de escrevente de 2ª classe Raul Diogo Leite da Silva e para o de guardião o 2º sargento do corpo de marinheiros nacionais André Theodoro da Silva, ambos do corpo de officiaes inferiores da armada.

EXPEDIENTE DA PRIMEIRA SECÇÃO

Dia 28 de dezembro de 1903

Ao Quartel General da Armada declarando que, constituindo as contas do consumo de gaz uma despesa normal deste ministerio, para cujo processo não ha necessidade de autorização especial desta Secretaria de Estado, convem que, de ora em diante, sejam as mesmas remetidas directamente á Contadoria para os devidos fins (aviso n. 2.276).

— Ao Commissariado Geral da Armada declarando que, sendo diferentes da amostra padrão, quer na cor, quer na quantidade dos pinnos, as j. pinnos para marinheiros fornecidas a esse commissariado por Neves & Comp., segundo as amostras que

submitteu á apreciação desta Secretaria do Estado com o officio n. 202, de 7 do corrente, resolve, para os effeitos do artigo 34 do regulamento dos conselhos de compras, approvar a recusa feita por essa repartição das 255 japonsas suppridas por aquella firma, na fórma de seu contracto (aviso n. 2.281).

— A' Contadoria autorizando a mandar indemnizar o ajudante-machinista guarda-marinha Henock Ramidoff, embarcado no navio escola *Benjamin Constant*, da importancia de uma passagem de 1ª classe do porto de Santos ao de Taquaral, tendo em vista a tiballa do Novo Lloyd Brasileiro (aviso n. 2.282).—Communicou-se ao Quartel General (officio n. 2.283).

— Ao Tribunal de Contas transmittindo: Por cópia, em satisfação ao officio desse tribunal n. 55, de 25 do mez findo, a demonstração do credito supplementar de 1.481:357\$512, aberto pelo decreto n. 4.988, de 16 de outubro proximo passado, para despesas da verba—Munições de bocca—do orçamento actual (aviso n. 2.285);

Afim de serem tomados na consideração que merecerem, os papeis referentes á modificação do alcance do exalmozarife do Arsenal de Marinha do Ladrario João Henrique de Carvalho, durante o periodo de 2 de janeiro de 1890 a 31 de julho de 1894 (aviso n. 2.280).

— Ao Ministerio da Fazenda rogando expedição de ordens afim de que seja transferida para a Contadoria da Marinha, por conta do soldo da quota destinada á construcção e reparos de pharoes, da verba 16—Repartição da Carta Maritima—do orçamento vigente, a quantia de 15:000\$ para fazer face aos reparos urgentes e inadiaveis de que carece o pharol da Ilha Rasa (aviso n. 2.276 A).

Dia 30

Ao Ministro da Fazenda:

Rogando providencias no sentido de ser paga no Thesouro Federal, á conta da rubrica Frotas, etc. (material) a Walter Brothers & Comp. a quantia de 6:21\$882, proveniente de despesas feitas com frete e seguro marítimo das munições belicas que aquella firma forneceu a este ministerio (aviso n. 2.286);

Solicitando as necessarias ordens afim de que seja paga no Thesouro Federal, á conta das respectivas rubricas do orçamento em vigor, a quantia de 31:301\$250, proveniente do fornecimento de varios artigos feitos ao Commissariado Geral da Armada e ao Arsenal de Marinha nos mezes de agosto a dezembro, e de publicações, lavagens de roupa, etc. (aviso n. 2.287).

— Ao Arsenal de Marinha desta Capital autorizando a mandar abrir nova concorrência para a venda de canhões inserviveis, aço e ferro forjado existentes na fortaleza Willegaignon (aviso n. 2.288).

— Ao Quartel-General:

Declarando, em solução ao officio n. 397, de 11 de novembro ultimo, reativo ao pagamento da differença de vencimentos a que tem direito o ex-marinheiro nacional de 1ª classe Romão Ferreira, nos mezes do setembro de 1897 a dezembro de 1898, que, sendo o mesmo ex-marinheiro devedor de maior quantia á Fazenda Nacional por abonos que lhe foram feitos indevidamente, deve este quartel-general levar á conta de seu debito a importancia correspondente ao pagamento daquella differença (aviso n. 2.289);

Autorizando a mandar restituir, com as formalidades legais, ao ex-1º sargento do corpo de marinheiros nacionaes Sidro Soares Gomes, o pecúlio que constituiu como aprendiz marinho da Escola do Rio Grande do Norte, na importancia de 186\$400 (aviso n. 2.290).

— Ao Commissariado Geral da Armada, autorizando a receber do corpo de marinheiros nacionaes os instrumentos de musica inuteis, constantes da relação que se lhe remette (aviso n. 2.291).—Communicou-se ao Quartel-General (aviso n. 2.291 A).

— A' Contadoria declarando que, de accordo com o aviso n. 2.477 B, de 31 de outubro de 1894, resolve deferir o requerimento em que o sub-ajudante machinista Bellarmino Manoel Ribeiro, preso na fortaleza de Willegaignon, pede pagamento do soldo (aviso n. 2.292).—Communicou-se ao Quartel General (aviso n. 2.293).

— Ao Arsenal de Marinha do Pará transmittindo os papeis relativos á concorrência alli realizada para os fornecimentos gerais em 1904, que vieram annexos ao officio n. 289, de 5 de outubro ultimo, e declarando, para os devidos effeitos, que resolve annullar a mesma concorrência, mandando que se realize outra, por ser exagurado o preço do pão e por não se ter observado, quanto a mantimentos, as tabellas annexas ao decreto n. 4.984, de 30 de setembro do corrente anno (aviso n. 2.294).

Ministerio da Marinha — Circular — 1ª secção—N. 2.295—Rio de Janeiro 30 de Dezembro de 1903.

Sr. capitão do Porto do Estado do Amazonas — Recommen-to-vos, não só a fiel execução do que preceitua o artigo 16 do regulamento annexo ao decreto n. 3.258, de 11 de abril de 1897, como tambem que envieis, de ora em diante, a esta Secretaria de Estado, afim de serem archivadas, cópias dos extractos celebrados nessa repartição para os fornecimentos gerais.

Saude e fraternidade.—Julio Cesar de Noronha.—Foram expedidos identicos ao Quartel General e a todos os presidentes de conselhos de compras.

EXPEDIENTE DA SEGUNDA SECÇÃO

Dia 31 de dezembro de 1903

Ao Quartel General autorizando a mandar averbar nos assentamentos do 2º tenente Edmundo Rodrigues Pereira o teor do officio n. 434, de 14 de julho ultimo, dirigido á mesma repartição pelo commandante da divisão naval do norte quando o referido official deixou, por doente, o cargo que alli exercia (aviso n. 1.672).

— Ao Ministerio das Relações Exteriores rogando providencias afim de serem enviadas pelo Governo da Republica Oriental do Uruguay as medalhas commemrativas da campanha do Paraguay e respectivos diplomas, a que tem direito officiaes das diferentes classes da armada nacional (aviso n. 1.673).

Ministerio da Marinha—2ª secção—N. 1.674—Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1903.

Sr. chefe do estado-maior general da armada—Tenho presente vosso officio n. 535, de 6 de novembro ultimo, em que consultaes si, preceituando o art. 41 do regulamento annexo ao decreto n. 703, de 30 de agosto de 1890, que o exercicio de qualquer commissão em terra não excederá de tres annos para os commissarios das tres ultimas classes 2ª, 3ª e 4ª hojs 3ª, 4ª, e 5ª, deve, findo esse prazo, o commissario substituido ser em seguida nomeado, sem offensa áquello dispositivo, para commissão da mesma natureza, ou si, após a commissão de terra em que permaneceu durante tres annos deve succeder outra de embarque.

Conformando-me com o parecer emitido a respeito pelo conselho naval, em consulta n. 9.119, de 4 do corrente, declaro-vos, para os devidos effeitos, em solução á vossa consulta, que o commissario substituido de

qualquer emprego de terra, desde que tenha preenchido as condições de embarque, póle ser nomeado para outra commissão analogá, conforme as exigencias do serviço, ou para commissão de embarque, sem proterição de outro que não tenha preenchido esse requisito para promoção.

Saude e fraternidade.—Julio Cesar de Noronha.

Dia 5 de janeiro de 1904

Ao Quartel General remettendo as patentes dos seguintes officiaes: almirante José Pinto da Luz, commissario de 4ª classe; 2º tenente João Santos, guardas-marinha Octavio Burnier, Manoel Fonseca de Almeida e José do Amaral Castello Branco (officio n. 3).

— A' Escola Naval communicando ter esta Secretaria do Estado providenciado para que sejam submettidos a inspecção de saude os alumnos do 4º anno do curso de machinas que terminaram os exames e obtiveram o titulo de praticantes (officio n. 4).

EXPEDIENTE DA TERCEIRA SECÇÃO

Dia 7 de janeiro de 1904

A' Capitania do Rio Grande do Sul remettendo, para os effeitos do art. 26 do regulamento que baixou com o decreto n. 2.301, de 2 de julho de 1896, os documentos pertencentes ao ptyacho nacional *Maggiore Toselli*, que perdeu a qualidade de brasileiro (aviso n. 6).—Communicou-se ao Consulado do Brazil em Genova.

— Ao engenheiro naval de 1ª classe capitão de mar e guerra Innocencio Marques de Lemos Bastos declarando que, tendo o engenheiro naval de 3ª classe capitão-tenente Alvaro Agostinho Rosauro de Almeida, fiscal das obras de construcção naval confiadas á casa Lage Irmãos, suscitado duvidas quanto ao direito ao abono do beneficio commercial de vinte e cinco por cento (25 %) que pretende a mesma casa sobre as facturas ora remettidas o relativas ao equipamento do navio escola *Benjamin Constant*, designa-o, de accordo com a clausula 23ª do ajuste feito com a mesma firma em 23 de outubro de 1902, para resolver as duvidas apresentadas pelo referido engenheiro (aviso n. 8).—Communicou-se ao Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro.

— A' directoria da Escola Naval:

Declarando que resolveu deferir o requerimento em que Emmanoel Carvalho Cardoso pede a validade para a matricula nessa escola dos exames de portuguez e francez prestados para o curso de medicina (aviso n. 9);

Autorizando a dar praça de aspirante a guarda-marinha aos alumnos paizanos desta escola Alfonso Leonardo Pereira, Alfredo Sinay, Oscar Barros Cavalcante, Pio da Rocha Pombó e Gastão Henrique Madoi (aviso n. 16).

— A' Repartição da Carta Maritima communicando que a Directoria de Obras Hydraulicas do Arsenal de Marinha desta Capital foi encaregada de executar as obras urgentes de que carece o pharol de Bom Abrigo (aviso n. 10).

— Ao Ministerio da Guerra, transmittindo o officio n. 407, de 21 de dezembro ultimo, da Directoria da Escola Naval, tratando da matricula do alumno da Escola Militar do Brazil Oscar de Araujo Fonseca naquella escola, roga se digne de informar a esta Secretaria de Estado acerca das approvações desse alumno na referida Escola Militar (aviso n. 11).

— A' Inspectoria do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro autorizando a mandar effectuar os concertos de que carecem os encanamentos e tanque que fornecem agua aos aparelhos sanitarios do encouraçado *Ria-*

chuelo (aviso n. 13). — Communicou-se ao Quartel General da Marinha.

— Ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores declarando que não pertencendo a este ministerio as docas de Veropeso e do Reducto, no Estado do Pará, que, segundo informa o capitão do porto do mesmo Estado, estão em máo estado de limpeza, constituindo um verdadeiro foco de miasmas, consulta si por esse ministerio pôde ser realizada a despeza com fretamento de batelões e contracto de pessoal extraordinario, de que se occupa o mesmo capitão do porto para effectuar-se o saneamento das mesmas docas (aviso n. 15).

Requerimentos despachados

Dia 8 de janeiro de 1904

Alberto Salles da Cruz. — Apresento-se quando for annunciada a concorrência.

Antonio Teixeira Coelho. — A' vista das informações, indeferido.

Ministerio da Guerra

Expediente de 30 de dezembro de 1903

Ao Sr. Ministro da Fazenda, pedindo pagamento das seguintes quantias:

De 4:853\$700 á Estrada de Ferro Oeste de Minas (aviso n. 94*);

De 3:411\$600 á Companhia Mogyana de Estradas de Ferro (avis. n. 919).

— Ao Supremo Tribunal Militar, remetendo, para os fins convenientes, cópia do decreto de 23 do corrente, que reforma os capitães de infantaria José Maria Silveira dos Santos e Clemente José Alves.

— Ao chefe do Estado Maior do Exército: Approvando a proposta que faz o director geral de saúde do tenente medico de 5ª classe Dr. Rodrigo de Araujo Aragão Bulcão para servir na Escola Preparatoria e de Tactica de Porto Alegre;

Mandando:

Contar, como tempo de serviço ao alferes-alumnos Carlos Gomes Barralho, o periodo decorrido de 15 de setembro de 1894 a 1 de janeiro de 1896;

Continuar addido ao 5º regimento de artilharia os alferes João Ferreira de Carvalho, do 18º batalhão de infantaria, e Emygdio Barbosa Lima, do 25º;

Recolher-se ao corpo a que pertence o alferes do 3º batalhão de infantaria Geroncio Netto de Souza Pimentel;

Servir:

Na guarnição de Porto Alegre, o alferes-alumno Alfredo Lourival de Moura;

No 13º batalhão de infantaria, o alferes do 39º João Gomes de Farias;

Incluir no Asylo dos Invalidos da Patria, o soldado do 1º batalhão de infantaria José Victal do Souza Nogueiras;

Transferindo:

Na arma de cavallaria, os tenentes Polycarpo Ferreira Leite, do 5º regimento para o 14º, e Carlos Frontino de Mosquita, do 14º para o 5º;

Na arma de infantaria, o alferes excedente João Amaro Pinto Paes, do 8º batalhão para o 26º.

Dia 31

Ao Sr. Ministro da Fazenda, solicitando pagamento das seguintes quantias:

De 5:791\$270, sendo: a Alegria & Comp. 210\$; a Carlos Lopes Pinto 469\$; a Charles Hue & Comp. 489\$; a Domingos Joaquim da Silva & Comp. 1:173\$310; a Leandro de Souza 187\$240; a Ludolf & Ludolf 1:156\$; a

Manoel Pereira & Filhos 25\$; a Oliveira & Almeida 764\$170; a Pacheco, Moreira & Comp. 62\$ e a Santos & Braga 970\$550 (aviso n. 950);

De 3:1903\$441 á *Brasilian Contracts Corporation* (aviso n. 951).

— Ao intendente Geral da Guerra, mandando fornecer ao Tiro Nacional a munição constante do pedido que se remette.

— Ao chefe do estado-maior do exercito: Concedendo licença:

Ao alferes de infantaria João José de Oliveira, por seis mezes, e ao alferes-alumno Antonio Paiva de Sampaio, por tres mezes, para tratamento de saúde;

Ao alferes de infantaria Pompeu dos Santos Lontra, por 9 dias, para tratar de negocios de seu interesse em Porto Alegre.

Mandando transferir para o Asylo dos Invalidos da Patria o corneteiro-mór do 19º batalhão de infantaria Pedro Corrêa Pinto.

Ministerio da Guerra — Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1903—N. 3.714.

Sr. chefe do Estado Maior do Exército—Deferindo o requerimento do alferes do 24º batalhão de infantaria Napoleão Poeta da Fontoura, declaro-vos, para os fins convenientes, que aos officiaes que, por aviso de 6 de fevereiro de 1894, foram commissionados no primeiro posto por distincção em combate, e que por decreto de 3 de novembro do mesmo anno, foram promovidos á effectividade por actos de bravura, deve ser contada a antiguidade de accordo com o disposto na excepção do art. 1º do decreto legislativo n. 931, de 7 de janeiro de 1903, pois que neste caso, não tendo havido entre a dita do commissionamento e a da promoção novos combates em que tiverem tomado parte aquelles officiaes, é evidente que o decreto da promoção estabeleceu precisamente que a distincção em combate mencionada no aviso que os commissionou consiste em actos de bravura.

Saude e fraternidade.—Francisco de Paula Argoll.

Expediente de 2 de janeiro de 1904

Ao Sr. Ministro da Fazenda, solicitando providencias para que:

Seja paga a quantia de 6:421\$475, sendo: 56\$ á Jeronymo Ferreira da Silva; 6:278\$375 á Luiz Macedo e 86\$600, á Villas Boas & Comp. (aviso n. 1);

Seja distribuido á Delegacia Fiscal no Paraná o credito de 6:000\$ por conta dos §§ 12º, e 15º, n. 82.

— Ao intendente geral da guerra, fixando os seguintes valores para o actual semestre: Pará — diaria dos excluidos militares, 1\$319.

Pernambuco—Etapa, 1\$311; extraordinarios, 806 réis; forragem, 1\$621, e ferragem, 200 réis.

Goyaz—Etapa, 1\$938, e extraordinarios, 1\$575.

— Ao chefe do Estado-Maior do Exército Concedendo licença:

Ao forriol do 5º regimento de artilharia Ignacio Martins Ramalho para frequentar as aulas do Instituto Nacional de Musica, sem prejuizo do serviço militar, conforme pede;

A's praças e aos paisanos abaixo mencionados para no corrente anno se matricularem:

Na Escola Preparatoria e de Tactica do Realengo:

Aspexista João Pereira de Souza, do 2º regimento de artilharia, soldado João Maximiano Serra, do 5º regimento desta arma; cabos de esquadra Luiz Mariano de Albuquerque Filho, do 10º e Leonidas Lopes da Cunha e soldado José Monteiro de Andrade, do 20º batalhão de infantaria; paisanos As-

trabé Rocha, Clodoaldo Augusto de Souza Gouvêa, Fortunato Pereira Leite, João Bastião Nogueira, José Amarillo de Faria Veiga, Luiz Corrêa de Sá, Manoel Pereira de Rozende, Octaviano Moreira de Castro, Paulo Dias, Raul Leite e Rodrigo Augusto Pereira de Amorim.

Na Escola Preparatoria e de Tactica de Porto Alegre:

1º sargento José João da Rosa Cotta, do 25º batalhão de infantaria o paisano Carlos Feio Louado, Innocencio de Castilhos França, Juli de Castilhos França, Luiz Pompilio Diöhl, Octacilio Tupacertan de Azevedo, Renato Alfonso Vieira Guimarães, Salvador de Castilhos França, Waldemar Sayão Lobato e Willy Julio Süffert.

Transferindo para o 7º regimento de cavallaria o alferes do 4º Ricardo de Oliveira, excedente do quadro.

Dia 4

Ao chefe do Estado Maior do Exército:

Approvando a proposta que fez o director geral de saúde dos medicos do 5º classe Drs. Emilio Paulo dos Santos Pereira, Alfredo Theophilo Haanwiackel e Raymundo Firmiano de Assis para servirem, o primeiro na guarnição do 1º districto militar, o segundo na da Bahia e o ultimo nessa capital;

Concedendo troca de corpos entre si aos alferes de infantaria Julio Cesar de Vasconcellos, do 30º; o Joaquim Muniz da Silva do 12º.

Mandando:

Continuar a servir, por 90 dias, como auxiliar da delegacia de engenharia junto ao commando do 3º districto militar, o capitão de artilharia Leopoldo Dantas do Amaral;

Servir no contingente destaco do 6º Alagoas, por tres mezes, o alferes do 24º batalhão de infantaria Candido José de Oliveira e Silva Sobrinho.

Requerimentos despachados

Dia 8 de janeiro

Segundo sargento Ulysses Falcão Vieira, permissão para matricular-se na Escola do Realengo. — Indeferido em vista das informações.

Ex-praça Manoel Barbosa Lyra, segunda via da sua excusa. — Indeferido.

Gustavo de Freitas Umbuzero, licença para matricular-se na Escola do Realengo. Sella o requerimento com estampilha regulamentar.

Comissão promotora do monumento do general Bento Gonçalves da Silva, para que lhe sejam cedidas cinco toneladas de bronze em canhões que se acham encravados no antigo quartel do Largo do Moura.—Indeferido, por não ter de ser vendido o quartel do Largo do Moura, como allega a petição.

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas

Directoria Geral da Industria

Por portaria de 8 do corrente, foi concedida garantia provisoria, por tres annos, a Antonio José dos Reis, brasileiro, empregado no commercio e residente nesta Capital, para sua invenção de fiscalização nas cobranças das passagens de passageiros nos bondes, qualquer vehiculo ou em qualquer parte que seja empregada.

Expediente de 5 de janeiro de 1904

Autorizou-se a Directoria Geral dos Correios a providenciar para que o serviço de encomendas postaes seja executado no edificio da Alfandega do Recife, visto não dispôr das accommodações necessarias o da Administração dos Correios de Pernambuco. — Deuse sciencia do exposto ao Ministerio da Fazenda.

— Pediram-se ao Ministerio da Fazenda providencias urgentes no sentido de que a Directoria da Imprensa Nacional não demore em satisfazer as encomendas da Repartição Geral dos Telegraphos, afim de se evitarem embaraços e graves prejuizos ao seu serviço.

— Remetteu-se ao Ministerio da Guerra o orçamento da despeza com a collocação de um apparelho telephónico no corpo da guarda do Thesouro, devendo ser posta á disposição da Directoria Geral dos Telegraphos, no mesmo Thesouro, a respectiva importancia.

— Informou-se á Prefeitura Municipal do Districto Federal sobre o contracto com o Dr. John James Marchand para installação de apparelhos destinados a avisos de incendios e de assalto á propriedade particular, sendo indicadas as medidas precisas para acautelar os serviços telephonicos, telegraphicos e postaes.

Dia 8

Recommendeu-se ao fiscal da Companhia Centros Pastoris, afim de se poder dar solução definitiva ao pedido da rescisão do respectivo contracto, providencie, com urgencia, no sentido de ser a mesma companhia convidada a entrar para os cofres publicos com a importancia das despezas de fiscalização até a data da rescisão do alludido contracto.

— Remetteu-se ao inspector da Navegação Subvencionada, para que se digne de informar, o officio, em original, do fiscal da Companhia Novo Lloyd Brasileiro em Montevideo, acerca do ponto terminal das viagens da linha do sul, no porto de Montevideo, e que fazem objecto do officio que lhe foi dirigido, sob n. 227, de 16 de novembro ultimo.

Requerimento despachado

Dia 5 de janeiro de 1904

D. Delmira Vasconcellos de Souza Franco, pedindo privilegio para o apparelho de sua invenção, denominado — Moto-Continuo. — Proceda-se a exame prévio no objecto da invenção.

Directoria Geral de Obras e Viação

Por portarias de 31 do mez findo foram dispensados:

O engenheiro José Estacio de Lima Brandão, do lugar de chefe da commissão fiscal das estradas de ferro arrendadas á Companhia *Great Western of Brazil Railway*;

O engenheiro Francisco da Silveira Lobo, do lugar de fiscal da Estrada de Ferro Oeste de Minas;

O engenheiro Antonio Joaquim da Costa Couto, chefe de secção addido do secretario de Estado, do lugar de fiscal da *Rio de Janeiro Harbour and Dock Company, Limited*;

O engenheiro José Bento da Cunha Figueiredo, do lugar de fiscal da Companhia Melhoramentos da Lagoa e Botafogo;

O engenheiro Sarjobe Barcellos, do lugar de fiscal da Estrada de Ferro Central de Alagoas e Engenhos Centraes.

— Por outras de 1 de janeiro, foram nomeados:

O engenheiro José Estacio de Lima Brandão, para o cargo de inspector geral, em commissão, das estradas de ferro e obras federaes nos Estados, com os vencimentos que lhe competirem;

O engenheiro Sarjobe Barcellos, para o lugar de fiscal das estradas de ferro arrendadas á companhia *Great Western of Brazil Railway*, com os vencimentos que lhe competirem;

O engenheiro Paulo José de Oliveira, para o lugar de fiscal das estradas de ferro arrendadas á companhia *Great Western of Brazil Railway*, com os vencimentos que lhe competirem.

— Por outra de 8 do corrente, foi prorogada por tres mezes, nos termos do art. 20 do regulamento approved pelo decreto n. 2.885, de 25 de abril de 1893, a licença em cujo gozo se acha o engenheiro Julio Alves da Cunha, fiscal da Estrada de Ferro de Alcobaca á Praia da Rainha, para tratar de sua saude.

— Por avisos de 8 do corrente, foram approvadas as propostas de accordo amigavel para cessão de posse dos predios da rua Chile n. 71, S. Pedro ns. 47 e 68 e Alfandega ns. 52 e 54.

DIRECTORIA GERAL DOS CORREIOS

Por portarias de 5 do corrente:

Foi supprimida a linha de Pará a Henrique Galvão, por Itauna e Cajurú, em Minas Geraes.

Foi augmentada a duas viagens o serviço da linha de Poçanha a S. João Baptista, com o acrescimo de 40\$ no seu custeio.

Foi creada uma linha de Matheus Leme a Cajurú por Itauna, em Minas Geraes.

Foi fundida as linhas de Diamantina a Curalinho e Curalinho a R. Vermelho, devendo o serviço ser feito de quatro em quatro dias, com o acrescimo de 228\$000.

Foi creada uma linha de S. João Evangelista a S. José dos Paulistas, com 27 kilometros, cinco vezes mensaes, pelo custo de 300\$ annuaes.

Foi determinado que o serviço da linha n. 336, entre Ayruacé e Serranos, seja feito de tres em tres dias, em vez de quatro em quatro, com o augmento de 12\$426.

Directoria Geral dos Correios — Circular n. 2/2—Sub-directoria—Rio de Janeiro, 7 de janeiro de 1904.

Attendendo a que a aposentadoria dos funcionarios publicos só é considerada liquidada depois que o Ministerio da Fazenda, em vista do julgamento do processo pelo Tribunal de Contas, expede o respectivo *titulo de inactividade*, recommendo-vos, de accordo com a circular do Sr. Ministro da Industria, n. 1, de 4 do corrente, e para evitar inconvenientes de ordem organologica, que nenhuma nomeação seja feita para o lugar vago em taes condições, antes de ser fixada a data em que tenha o aposentado de receber pela verba aucto-vos do Ministerio da Fazenda.

Sendo o exposto, expede-se a circular n. 2/2, de 7 de janeiro de 1904, para os lugares de *Luz Belém Pass Leme*.—Sr. administrador dos Correios d....

SECÇÃO JUDICIARIA**Côrte de Appellação**

SESSÃO DA CAMARA CRIMINAL EM 8 DE JANEIRO DE 1904

Presidencia do Sr. desembargador *Fernandes Pinheiro*; Secretario, o Sr. Dr. *Evaristo Gonzaga*

Compareceram os Srs. desembargadores *Espinola*, *Dias Lima*, *Miranda Ribeiro*, *Dodsworth* e *Afonso de Miranda*.

JULGAMENTOS**Appellações crimes**

N. 899—Relator, o Sr. desembargador *Espinola*; appellante, *Geraldo do Nascimento*; appellada, a justiça.—Negaram provimento á appellação.

N. 906—Relator, o Sr. desembargador *Dias Lima*; appellante, *Manoel Querino Ovidio*; appellada, a justiça.—Deram provimento á appellação para annular o processo desde o interrogatorio inclusive fls. 43, para mandar completar o numero legal de testemunhas, procedendo-se na forma posterior do processo, unanimemente, e condemnaram nas custas o juiz que deu causa á nullidade, o Dr. *Marcondes Romeiro*, contra as votos dos Srs. desembargadores *Miranda Ribeiro* e *Afonso de Miranda*.

PASSAGENS**Appellações commerciaes**

N. 2.566 — Ao Sr. desembargador *Espinola*.

Ns. 2.358 e 2.468—Ao Sr. desembargador *Dias Lima*.

N. 2.557—Ao Sr. desembargador *Miranda Ribeiro*.

Appellações civeis

Ns. 2.164 e 2.448—Ao Sr. desembargador *Dias Lima*.

Ns. 1.679, 2.594 e 2.642 — Ao Sr. desembargador *Miranda Ribeiro*.

Appellações crimes

N. 916—Ao Sr. desembargador *Espinola*.

Ns. 913 e 920—Ao Sr. desembargador *Miranda Ribeiro*.

Ns. 898, 907, 912, 914, 915 e 935 — Ao Sr. desembargador *H. Dodsworth*.

N. 953—Ao Sr. desembargador *Afonso de Miranda*.

COM DIA**Appellações crimes**

Ns. 897, 910 e 935.

Accordão publicado

N. 896.

NOTICIARIO

Tribunal de Contas.—Ordens de pagamento, sobre as quaes proferiu despacho de registro, em 8 do corrente, o Sr. presidente deste tribunal:

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas—Avisos:

N. 3.426, de 23 de dezembro, pagamento de 1.683\$, a *Joaquim Fernandes da Costa*, de serviços prestados á administração dos Correios do Districto Federal e Estado do Rio de Janeiro, nos mezes de agosto e setembro do anno proximo passado;

N. 3.436, de 28 de dezembro, idem de 325\$, da folha de despesas de transportes a que foram obrigados por motivo de serviço, durante o mez de novembro ultimo, os guardas geraes, estafetas e feitores de volantes da Inspeção Geral das Obras Publicas;

N. 3.451, de 29 de dezembro, idem de 1:994\$270, a Rodrigues & C., de fornecimentos á Directoria Geral dos Correios, em outubro ultimo;

N. 3.453, de 29 de dezembro, idem de 12:663\$032, a diversos, de fornecimentos á Estrada de Ferro Central do Brazil, nos mezes de junho, agosto e setembro ultimos;

N. 3.436, de 28 de dezembro, idem de 1:309\$500 a Francisco Santoro, idem, idem, em novembro ultimo;

N. 3.457, de 30 de dezembro, idem de 28:341\$189, a diversos, de fornecimentos feitos e serviços executados, em outubro ultimo, para a Commissão das Obras do Porto do Rio de Janeiro;

N. 10, de 2 de corrente, idem de 260\$740, ouro, a José Custodio Alves da Silva, de gratificação, por serviços prestados á commissão encarregada de representar o Brazil na exposição de S. Luiz, relativa ao mez de dezembro ultimo.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Avisos:

N. 2, de 2 de janeiro corrente, pagamento de 165\$, da folha dos salarios que competem ao servente do gabinete do consultor geral da Republica, durante o mez de dezembro ultimo;

N. 3.504, de 28 de dezembro, idem de 8:011\$666, a diversos, dos alugueis dos predios occupados por estações e postos policiaes, durante o mez de novembro ultimo;

N. 3.496, de 26 de dezembro, idem de 8:311\$155, a diversos, de fornecimentos ao hospital Paula Candido, durante os mezes de setembro, outubro e novembro do anno findo;

N. 3.501, de 28 de dezembro, idem de 50\$600, ao porteiro do Tribunal Civil e Criminal, José Caetano Machado, de despesas miudas por elle pagas, nos mezes de setembro a novembro ultimos;

N. 3.502, de 28 de dezembro, idem de 208\$300, a Rodrigues & Comp., de objectos de expediente fornecidos á Secretaria do Estado deste Ministerio em novembro ultimo;

N. 3.500, da mesma data, idem de 79\$920 ao director da Casa de Correção, Aureliano Pedro de Farias, de despesas miudas por elle pagas no mez de novembro ultimo;

N. 3.503, da mesma data, idem de 87\$350, a Hiron Jacques, de trabalhos telephonicos executados na residencia do 2º delegado auxiliar e na delegacia da 8ª circumscripção urbana, no mez de novembro ultimo;

N. 3.477, de 24 de dezembro, idem de 300\$ a cada um dos funcionarios bachareis Mario Cochran de Alencar, Carlos Coelho o tenente-coronel Benevenuto de Souza Magalhães, por serviços prestados á Secretaria deste Ministerio fóra das horas do expediente.

—Ministerio das Relações Exteriores— Avisos:

N. 240, de 28 de dezembro, pagamento de 72\$200, a Louzinger & Comp., de objectos de expediente fornecidos á Secretaria dos e Ministerio, em novembro ultimo;

N. 233, da mesma data, idem de 105\$, ao jornal A Noticia, da publicação de editaes, em diversos dias dos mezes de outubro e novembro do anno findo;

Ministerio da Fazenda—Officios:

N. 2, da Delegacia Fiscal no Espirito Santo, de 11 de março de 1901, credito de 94\$500 áquella delegacia, para pagamento a A. Moreira Santos, de fornecimentos á Capitania do Porto daquello Estado, em maio de 1899.

Informação da 2ª Sub-Directoria de Contabilidade do Thesouro Federal, de 5 do corrente, credito de 196:621\$336 á Alfandega do Rio de Janeiro, para o pagamento de gratificações aos respectivos empregados.

— Exercícios findos:

Requerimentos:

De Domingos Antunes da Silva, pagamento de 197\$313, de funeral e montepio no periodo de 25 de janeiro de 1901 a 16 de abril de 1902;

De D. Fortunata de Andrade, idem de 39\$908, do montepio no periodo de 10 a 31 de dezembro de 1902;

De D. Maria Silveira de Faria, idem de 631\$654, de funeral e montepio no periodo de 12 de abril a 31 de dezembro de 1902.

—Ministerio da Marinha—Avisos ns. 2.078 e 2.272, de 25 de novembro e 26 de dezembro do anno proximo passado, pagamento de 3:783\$984 a Franklin Alvares, da primeira prestação do fornecimento de um guindaste a vapor, feito aquelle ministerio.

Pagadoria do Thesouro Federal — Pagam-se hoje as seguintes folhas: Escola Polytechnica, Estatistica Commercial, Instituto de Musica, Junta Commercial, pensões provisórias, férias do Obras Publicas — montepio dos funcionarios publicos da Justiça.

Caixa de Amortização—Jurds de apolicas.

Pagar-se não hoje, 9 do corrente, as letras L. N. O. P. Q.

Alfandega do Rio de Janeiro—Balanço de estampilhas para despacho do consumo effectuado em 31 de dezembro de 1903.

	Recebidas	Vendidas
Saldo no mez de novembro de 1903.....	509:291\$029	
Estampilhas recebidas da Casa da Moeda de 1 a 31 de dezembro de 1903...	204:850\$000	
Estampilhas vendidas na Thesouraria da Alfandega do Rio de Janeiro de 1 a 31 de dezembro de 1903.....		187:967\$085
Saldo existente.....		526:173\$944
	714:141\$029	714:141\$029

Bibliotheca do Exercito

Durante os 21 dias do mez de dezembro findo em que funcionou, foi esta bibliotheca frequentada por 317 leitores, sendo 182 militares e 135 civis, que consultaram 169 obras sobre: historia e arte militar, 28; historia e geographia, 10; mathematicas, 10; physica, 4; chimica, 4; medicina, 3; sciencias naturaes, 9; engenharia, 9; astronomia, 2; philosophia, 2; theologia, 1; linguistica, 10; dictionarios e encyclopedias, 15; litteratura, 22; sciencias juridicas 2; sciencia social, 4; nautica, 2; legislação e administração, 13; ordens do dia, 14; relatorios, 3; almanaks, 9; jornaes e revistas, 161.

Escreitas em portuguez, 237; francez, 3; inglez, 8; hespanhol, 5; italiano, 3; allemão, 3; guarany, 2.

Correio — Esta repartição expedirá matas pelos seguintes paquetes:

Hoje:

Pelo *Itatiba*, para Bahia e Pernambuco, recebendo impressos até ás 11 horas da manhã, cartas para o interior até ás 11 1/2, ditas com porte duplo até ás 12 e objectos para registrar até ás 10.

Pelo *Itabira*, para Pernambuco, recebendo impressos até ás 11 horas da manhã, cartas para o interior até ás 11 1/2, ditas com porte duplo até ás 12 e objectos para registrar até ás 10.

Pelo *Canadé*, para Mossoró, recebendo impressos até ás 12 horas da manhã, cartas para o interior até ás 12 1/2 da tarde, ditas com porte duplo até á 1 e objectos para registrar até ás 11 da manhã.

Pelo *Nitheroy*, para Macão, recebendo impressos até ás 12 horas da manhã, cartas para o interior até ás 12 1/2 da tarde, ditas com porte duplo até á 1 e objectos para registrar até ás 11 da manhã.

Pelo *Itapacy*, para os portos do sul, recebendo impressos até ás 11 horas da manhã, cartas para o interior até ás 11 1/2, ditas com porte duplo até ás 12 e objectos para registrar até ás 10.

Pelo *Itahy*, para Vila Nova, Bahia e Estancia, recebendo impressos até ás 11 horas da manhã, cartas para o interior até ás 11 1/2, ditas com porte duplo até ás 12 e objectos para registrar até ás 10.

Pelo *Guasca*, para Santos, Paranaguá e Antonina, recebendo impressos até á 1 hora da tarde, cartas para o interior até á 1 1/2, ditas com porte duplo até ás 2 e objectos para registrar até ás 12 da manhã.

Pelo *Tupy*, para Pernambuco, recebendo impressos até ás 12 horas da manhã, cartas para o interior até ás 12 1/2 da tarde, ditas com porte duplo até á 1 e objectos para registrar até ás 11 da manhã.

—Amanhã:

Pelo *Murupy*, para Bahia e Aracajú, recebendo impressos até ás 4 horas da manhã, cartas para o interior até ás 4 1/2, ditas com porte duplo até ás 5 e objectos para registrar até ás 6 da tarde de hoje.

Pelo *Muquy*, para os portos do Espirito Santo e Caravellas, recebendo impressos até ás 4 horas da manhã, cartas para o interior até ás 4 1/2, ditas com porte duplo até ás 5 e objectos para registrar até ás 6 da tarde de hoje.

Directoria de Meteorologia

—Serviço Meteorologico Nacional — Secção Urbana — Resumo das observações correspondentes ao dia 7 de janeiro de 1904

ELEMENTOS OBSERVADOS	CIDADE	COPACABANA	BOFOPAGO	S. CHRISTOVÃO
Evaporação á sombra.....	m/m	m/m	m/m	m/m
Chuva cahida..	1.4	1.1	1.8	—
Temperatura média de hon-	0.70	1.70	1.40	—
tem	24.25	23.50	24.50	—

Directoria de Meteorologia da Marinha — Repartição da Carta Maritima — Resumo meteorologico e magnetico no dia 7 de janeiro de 1904 (quinta-feira).

ESTACÃO	HORAS	BAROMETRO A 00	TEMPERATURA DO AR	TENSÃO DO VAPORE	HUMIDADE RELATIVA	DIREÇÃO E FORÇA DO VENTO (Escala Beaufort)	ESTADO ATMOSPHERICO	METEÓROS	NEBULOSIDADE	OBSERVAÇÕES FEITAS UMA VEZ EM 24 HORAS					
										Temperatura maxima (exposta)	Temperatura maxima á sombra	Temperatura minima	Evaporação á sombra	Chuva cahida	Duração de brilho solar
		m. m	0	m. m	0 0					0	0	0	m/m	m/m	h
Central no morro de S. Antonio	1 a...	755.44	21.3	17.23	92.0	WNW	1	—	—	—	—	—	—	—	—
	2.....	754.95	21.3	17.45	93.0	WNW	1	—	—	—	—	—	—	—	—
	3.....	754.90	21.3	17.23	92.0	W	1	—	—	—	—	—	—	—	—
	4.....	755.01	21.2	17.17	92.0	WNW	1	—	—	—	—	—	—	—	—
	5.....	755.11	21.2	17.34	91.0	NW	2	—	—	—	—	—	—	—	—
	6.....	755.05	21.3	17.45	93.0	NW	2	—	—	—	—	—	—	—	—
	7.....	755.71	21.5	17.50	92.0	WNW	1	Incerto	Nevoeiro tenue alto	10	—	—	—	—	—
	8.....	756.00	21.8	17.18	90.0	NNW	2	Incerto	Nevoeiro tenue alto	10	—	—	—	—	—
	9.....	754.06	22.2	17.76	89.0	NW	2	Incerto	Nevoeiro tenue alto (chuviscos)	10	—	—	—	—	—
	10.....	756.15	22.7	17.99	88.0	SE	2	Encoberto	Nevoeiro tenue	10	—	—	—	—	—
	11.....	756.24	21.0	18.4	84.0	ENE	1	Encoberto	Nevoeiro tenue	10	—	—	—	—	—
	12.....	755.11	23.9	18.45	83.0	ESE	2	Incerto	Nevoeiro tenue	10	—	—	—	—	—
	13.....	755.82	25.4	18.11	74.8	SSE	4	Encoberto	Nevoeiro tenue	10	—	—	—	—	—
	14.....	755.62	27.5	18.41	76.0	SE	3	Incerto	Nevoeiro tenue	10	—	—	—	—	—
	15.....	755.44	24.1	16.9	74.8	S	6	Incerto	Nevoeiro tenue baixo	10	—	—	—	—	—
	16.....	755.52	23.6	18.67	86.0	S	4	Incerto	—	10	—	—	—	—	—
	17.....	755.64	23.1	18.11	80.0	S	3	Mau	Chuva	10	—	—	—	—	—
	18.....	756.29	22.5	17.87	84.0	S	4	Incerto	Chuviscos	10	—	—	—	—	—
	19.....	754.19	21.8	17.83	92.0	SSE	6	Mau	Chuva forte	10	—	—	—	—	—
	20.....	7 6.88	2 6	18.13	95.9	SE	5	Incerto	Chuviscos	10	—	—	—	—	—
	21.....	757.33	21.5	18.01	91.9	E	3	Mau	Chuva forte	10	25.0	25.5	21.0	—	0.00
	22.....	757.88	21.4	17.73	94.2	ENE	1	Mau	Chuva forte	10	—	—	—	—	—
	23.....	757.67	21.4	17.6	83.0	NNW	1	Incerto	Chuviscos	10	—	—	—	—	—
	24.....	757.35	21.4	17.39	92.0	N	2	—	—	10	—	—	—	—	—

Ocorrências — De 16 h. 40 m. (4 h. 30 m. p.) até depois de 23 h. (11 h. p.), chuva e chuviscos a intervalos, tendo sido a chuva forte, entre 21 h. (9 h. p.) e 22 h. 35 m. (10 h. 35 p.).

RESULTADOS MAGNETICOS DA ESTACÃO CENTRAL
DECLINAÇÃO= 8° 31' 50" NW

Observações meteorologicas simultaneas
A 0h.m. do Greenwich ou 9. h. 07 m. a. t. m. do Rio
Dia 8 janeiro de 1904

ESTACÕES	Pressão ao nível do mar	Temperatura á sombra	Tensão do vapor de agua	Humidade relativa	NEBULOSIDADE	ESTADO ATMOSPHERICO	METEÓRO	VENTO		ESTADO ATMOSPHERICO DA VESPERA	Temperatura maxima de hontem	Temperatura minima de hontem	Temperatura média de hontem	Chuva recibida hontem
								Direção	Força					
Volém.....	760.40	23.8	20.53	94.0	Nublado	Máo	Chuva	—	Calme	Encoberto	28.5	22.3	25.40	2.00
S. Luiz.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Parahyba.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Fortaleza.....	761.99	23.5	11.33	74.0	Quasi nublado	Muito bom	Nevoeiro tenue baixo	SE	Muito fraco	Variavel	29.8	25.0	27.40	10.00
Natal.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Parahyba.....	—	—	—	—	Nublado	Encoberto	Chuva	S	Regular	Sombrio	—	—	—	—
Recife.....	762.48	24.9	20.21	76.9	Quasi nublado	Incerto	Nevoeiro tenue alto	ENE	Regular	Incerto	24.8	25.0	26.90	—
Jaczeiro.....	76 90	21.8	14.24	54.6	Limpo	?	—	ENE	Fraco	Muito bom	35.2	26.0	30.60	—
Maceió.....	—	—	—	—	Limpo	Bom	Nevoeiro tenue alto	ENE	Fraco	Bom	—	—	—	—
Aracaju.....	763.05	27.4	20.03	74.0	Meio nublado	Bom	Nevoeiro tenue baixo	E	Regular	Bom	27.9	23.0	25.45	—
S. Salvador.....	—	—	—	—	Nublado	Incerto	—	NE	Fraco	Variavel	—	—	—	—
Cuyabá.....	759.30	25.6	22.41	92.0	Quasi limpo	Fom	Nevoeiro tenue baixo	NNW	Aragem	Bom	31.7	22.7	26.70	—
Victoria.....	—	—	—	—	Limpo	Muito claro	—	NE	Fraco	Variavel	—	—	—	—
Quero Preto.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Juiz de Fora.....	764.78	2 2	15.73	91.0	Nublado	Incerto	—	—	Calme	Máo	22.4	18.8	20.60	—
Capital.....	763.75	22.9	18.96	91.0	Nublado	Incerto	Nevoeiro tenue	NE	Bafagem	Muito variavel	25.5	21.0	23.25	0.70
S. Paulo.....	763.33	18.0	15.02	93.0	Nublado	Incerto	—	SE	Bafagem	Máo	22.0	14.7	18.35	5.00
Santos.....	—	—	—	—	Nublado	Incerto	Garoa	NW	Aragem	Incerto	—	—	—	—
Paranaguá.....	—	—	—	—	Meio nublado	Incerto	—	S	Fraco	Variavel	—	—	—	—
Curitiba.....	766.75	16.9	9.45	63.0	Quasi nublado	Bom	—	SE	Regular	Muito variavel	19.3	13.4	13.35	2.00
Florianopolis.....	765.8	22.0	13.71	69.7	Meio nublado	Incerto	—	S	Fraco	—	24.8	19.0	21.90	2.00
Corrientes X.....	766.40	24.0	13.25	60.0	Limpo	—	—	E	Fraco	—	30.0	19.6	24.50	—
Itaquai.....	758.28	23.6	15.18	70.0	Quasi limpo	Bom	Nevoeiro tenue baixo	ENE	Fraco	Bom	30.5	17.8	24.15	—
Parte Alegre.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Rio Grande.....	766.8	22.3	15.13	75.5	Meio nublado	Bom	—	N	Aragem	Bom	23.0	19.4	21.20	—
Cordeba X.....	764.50	18.0	13.81	90.0	Nublado	—	—	S	Fraco	—	26.0	16.0	21.00	4.00
Resende X.....	765.30	25.0	17.81	78.0	Meio nublado	—	—	NE	Fraco	—	23.0	15.0	18.50	—
Montosa X.....	762.2	17.0	12.93	90.0	Meio nublado	—	—	E	Fraco	—	28.0	11.0	19.50	1.00
Buenos Aires X.....	766.76	22.6	12.91	66.0	Quasi limpo	Bom	—	NE	Fraco	—	23.0	18.6	20.50	—

Nota Na Capital pôde esperar que o tem o continue variavel.

Em Santos hontem cahiram alguns aguaceiros.
Em Paranaguá choveu no correr da noite de hontem.
Em Curitiba choveu e choviscou a intervalos hontem á tarde.
Em Florianopolis choveu a intervalos, em parte do dia de hontem.
As observações com este signal (X) são de hontem.

Observatorio do Rio de Janeiro — Boletim meteorologico — Dia 6 de janeiro de 1904.

HORAS	BAROMETRO A O	TEMPERATURA CENTIGRADA	TENSÃO DO VAPOR	HUMIDADE RELATIVA	VENTOS		CEU		PHENOMENOS DIVERSOS
					Força	Direcção	Fracção	Nuvens	
1 h. m.....	756.1	23.0	19.0	91	2.5	W	1.0	KN. N	
4 h. m.....	755.1	22.8	18.8	91	0.0	Nullo	1.0	CK. K. KN	
7 h. m.....	756.6	23.3	19.0	90	0.0	Nullo	1.0	KN. N	
10 h. m.....	757.7	25.0	17.8	76	5.0	SSE	1.0	CK. KN	
1 h. t.....	756.8	26.4	17.7	69	4.0	SSE	1.0	CK. KN	
4 h. t.....	756.8	25.0	18.3	73	4.0	WSW	1.0	CK. K. KN	
7 h. t.....	757.8	23.2	17.1	86	1.0	W	1.0	CK. KN. N	
10 h. t.....	758.1	21.8	18.0	93	2.5	NW	1.0	N	
Médias.....	756.95	23.81	18.21	83.6	2.4	—	1.0	—	

Temperatura : maxima, as 4 h. da tarde, 26.6 ; minima, as 7 h. da manhã, 22.4.
 Evaporação em 24 horas : 1.8.
 Chuva cahida : ás 7 h. m. 1^m/m⁶⁷; ás 7 h. n. 3^m/m³⁹. Total em 24 horas, 5^m/m⁰⁶.
 Ozono : 7 h. m. 0 ; 7 h. n. 1.
 Horas de insolação : 0 h. 25 m.

Observatorio do Rio de Janeiro — Boletim meteorologico — Dia 7 de janeiro de 1904.

HORAS	BAROMETRO A O	TEMPERATURA CENTIGRADA	TENSÃO DO VAPOR	HUMIDADE RELATIVA	VENTOS		CEU		PHENOMENOS DIVERSOS
					Força	Direcção	Fracção	Nuvens	
1 h. m.....	757.3	21.2	17.3	93	1.6	NW	1.0	K. NN	Fina.
4 h. m.....	756.7	21.1	17.4	94	1.8	NNW	1.0	CK. KN. N	Fina.
7 h. m.....	757.8	21.5	17.3	91	3.8	NW	1.0	CK. KN. N	
10 h. m.....	758.7	23.3	18.0	85	0.0	Nullo	1.0	CK. K. N	
1 h. t.....	757.6	25.7	18.9	77	5.8	SSE	1.0	CK. N. KN	
4 h. t.....	758.8	23.7	18.5	84	5.8	SSE	1.0	CK. N. KN	
7 h. t.....	758.4	21.7	18.6	96	10.0	S	1.0	N	Fina.
10 h. t.....	759.8	21.0	17.8	96	2.2	NE	1.0	N	Fina.
Médias.....	758.14	22.40	17.98	89.5	3.9		1.0		

Temperatura : Maxima, ás 4 h. da tarde, 26.2 ; minima, ás 7 h. da manhã, 21.0.
 Evaporação em 24 horas 1.3. — Ozono ás 7 h. da m. 2, ás 7 h. da n. 1.
 Chuva cahida : ás 7 h. da manhã, 1^m/m⁹⁰; as 7 h. da noite, 5^m/m⁹⁰. Total em 24 horas, 7^m/m⁸⁸.

Santa Casa da Misericordia

O movimento do Hospital da Santa Casa da Misericordia, dos Hospícios de Nossa Senhora da Saude, de S. João Baptista, de Nossa Senhora do Socorro e de Nossa Senhora das Dores, em Cascadura, foi no dia 2 de janeiro do corrente, o seguinte:

	NACIONAES	ESTRANGEIROS	TOTAL
Existiam.....	868	507	1.375
Entraram.....	29	27	56
Sahiram.....	30	16	46
Falleceram.....	6	1	7
Existem.....	861	517	1.378

O movimento da sala do banco e dos consultorios publicos foi, no mesmo dia, de 489 consultantes para os quaes se aviaram 517 receitas.

RENDAS PUBLICAS

ALFANDEGA DO RIO DE JANEIRO

Renda dos dias 2 a 7 de janeiro de 1904..... 1.093:758\$178

Idem do dia 8:

Em papel... 272:251\$037
 Em ouro.... 93:302\$237

365:553\$274

1.459:311\$452

Em igual periodo de 1903.. 1.713:185\$938

RECEBEDORIA DO RIO DE JANEIRO

Renda do dia 8 de janeiro de 1901

Interior..... 29:052\$656

Consumo :
 Fumo..... 3:395\$000
 Bebidas..... 4:055\$100
 Phosphoros... 24:300\$000
 Calçado..... 1:140\$000
 Perfumarias.. 358\$000

Especialidades pharmacou-

ticas..... 980\$000
 Vinagre..... 688\$000
 Chapéos..... 1:945\$000
 Tedidos..... 3:000\$000
 Registro..... 4:420\$000

44:281\$400

Extraordinaria..... 1:139\$195
 Deposito..... 32\$000

Renda com applicação especial..... 3:390\$626

82:601\$277

Renda de 2 a 7 de janeiro de 1904..... 288:559\$096

371:160\$373

Renda de igual periodo de 1903..... 361:881\$278

Diferença para mais..... 9:279\$095

EDITAES E AVISOS**Ministerio da Justiça e Negocios Interiores****DIRECTORIA DA CONTABILIDADE**

Concurso para o preenchimento de um lugar de 3º official

De ordem do Sr. Ministro, fica aberta, pelo prazo de 30 dias, a contar da presente data, a inscripção para o concurso a que, na conformidade dos arts. 5º e 8º do regulamento annexo ao decreto n. 3.191, de 7 de janeiro de 1899, se tem de proceder, afim de preencher um dos logares de 3º official desta Secretaria de Estado.

A inscripção serão admittidos os candidatos que, mediante requerimento, escripto do proprio punho e dirigido ao director, provarem ter a idade de 18 annos, pelo menos, e bom procedimento moral e civil.

O segundo requisito, quando não se tratar de candidato que já exorça função publica, prova-se com attestado do delegado de policia da respectiva circumscripção, ou de duas pessoas de notoria consideração social, affirmando todos, de modo positivo, o bom procedimento do candidato.

Observados os preceitos do que depende a inscripção, esta poderá ser feita por procurador, no caso de impedimento do candidato.

As provas no concurso serão escriptas e orais e versarão sobre as seguintes materias: linguas portugueza, franceza e ingleza, arithmetica, geographia geral e historia do Brazil.

Directoria da Contabilidade da Secretaria da Justiça e Negocios Interiores, 10 de dezembro de 1903.—O director geral, *José Carlos de Souza Bordini*.

Côrte de Appellação

Faço publico que os julgamentos das appellações crimes n. 897, appellante, Olympia da Cruz Amaral; appellada, a Justiça; n. 910, 1º appellante, Manuel Godoy, vulgo *Bazoni*; 2º appellante, Antonio Fernandes Gomes; appellada, a Justiça; n. 935, appellante, Alfredo Pereira Paula; appellada, a Justiça, terão lugar na sessão da Camara Criminal do dia 12 do corrente ou nas seguintes.

Secretaria da Côrte de Appellação, 8 de janeiro de 1904.—O secretario, *Evaristo da Veiga Gonzaga*.

Internato do Gymnasio Nacional

Segunda-feira, 11 do corrente, ás 11 horas da manhã, serão chamados a prestar exame neste internato os seguintes alumnos: 2º anno, Henrique Pecoguoiro do Amaral; 3º anno, José Alves de Araujo Lima.

Externato do Gymnasio Nacional

Sabbado, 9 do corrente, ás 10 horas, serão chamados os seguintes alumnos:

1º anno — Rinaldo Pinto, Salustiano Moreira, Serafim Barbosa Ribeiro, Steffello Pedrosa, Thomé Reis, Victor Simões Correia e os que deixaram de comparecer.

3º anno (mathematica) — Alberto da Fonseca e Souza, Alcides da Fonseca, Alvaro M. de Barros, Antonio Castro Barbosa, Armando de Pinho, Arthur Cesar, Arthur Neves, Edgard Simões Corrêa, Erico S. Paulo, Fausto Werneck, Felix Moses, Gastão Pereira, Heitor Braccé, Jayme Castro Barbosa, João Mendes Tavares e José Fortunato de Brito.

Instituto Nacional de Musica**CONCURSO AOS PREMIOS**

Faço publico que, no dia 9 do corrente, ás 11 horas, realizar-se-hão os concursos aos premios de flauta, oboé, canto, e no dia 11, ás 12 horas, os de piano.

Concorrem aos premios de

Flauta—Taltapio Silva.
Oboé—José Joaquim dos Santos Lima.
Canto—José De Larrigue de Faro, DD. Maria Izabel de Verney Campello, Martha Carolina Luiza Kopal e Olintha do Nascimento Braga.

Piano — DD. Alico Amaral, Mary Alice Coggin e Olga Beurem.

Os concursos acima annunciados serão publicos, na forma do art. 140 do regulamento.

Secretaria do Instituto Nacional de Musica, 8 de janeiro de 1904.—O secretario, *Arthur Tolentino da Costa*.

Externato Aquino**Resultado dos exames dos alumnos:**

1º anno do curso gymnasial—Approvedos: Alvaro Guanabara, com distincção em portuguez, francez e arithmetica e plenamente em geographia e desenho; Adelfino Martins, com distincção em portuguez e plenamente em geographia, francez, arithmetica e desenho; Julio Kahl, plenamente em portuguez, geographia, desenho e arithmetica e simplesmente em francez; Ivo Pagani, plenamente em portuguez e geographia e simplesmente em francez, arithmetica e desenho; Francisco Castro Neves, simplesmente em todas as materias.

Retiraram-se dous alumnos.

Escola Correccional Quinze de Novembro

Chama-se concorrência para os artigos abaixo especificados, de que carece esta escola no anno de 1904, a saber: Fardamento completo de zuarte (cada um), camisas de algodão branco (duzia), lenços de chita (duzia), colchões de capim com 3 1/2 palmos de largura e capa de riscado (um), travesseiros de crina vegetal com capa idem (um), frochis de algodão (duzia), lenços idem (um), colchas de chita (uma), cobertores (um), toalhas de algodão (duzia), meias idem (duzia), ceroulas idem (duzia).

Os Srs. proponentes deverão apresentar suas propostas em carta fechada, até o dia 9 de janeiro, ao meio-dia.

As amostras acham-se neste estabelecimento á disposição dos Srs. concurrentes todos os dias uteis, das 10 horas da manhã ás 3 da tarde.

Rio, 31 de dezembro de 1903.—Pelo secretario, *Rodolpho C. do Couto*, escripturario.

Escola Correccional Quinze de Novembro**CONCURRENCIA**

Chama-se concorrência para o fornecimento de couros a esta escola durante o anno de 1904.

Os Srs. proponentes deverão procurar neste estabelecimento, todos os dias uteis, das 10 horas da manhã ás 3 da tarde, a relação dos objectos a contractar.

Ou rosim, devem apresentar suas propostas em carta fechada até o dia 9 de janeiro, ao meio-dia.

Rio, 31 de dezembro de 1903.—Pelo secretario, *Rodolpho C. do Couto*, escripturario.

Thesouro Federal**EMPRESTIMO RELATIVO A'S OBRAS DO PORTO**

Por esta directoria são convidados a comparecer na thesouraria geral desta repartição, das 11 ás 2 horas, nos dias uteis do corrente mez, os portadores de cautelas de apolices do emprestimo autorizado pelo decreto n. 4.865, do 16 de junho de 1903, e relativo ás obras do porto, afim de receberem, á vista das mesmas cautelas, os juros relativos ao semestre vencido em dezembro do referido anno.

Directoria Geral da Contabilidade do Thesouro Federal, 2 de janeiro de 1904.—O director geral, *M. C. de Leão*.

Recebedoria do Rio de Janeiro

De ordem do Sr. Dr. director interino faço publico, para conhecimento dos interessados que, tendo sido exonerado por portaria de 27 do corrente, do cargo de despachante desta repartição, o Sr. Manoel José Loite Mendes, convidam-se os interessados para, no prazo de 90 dias, a contar da data da publicação deste edital, vir apresentar quaesquer reclamações que tiverem contra o mesmo despachante.

Recebedoria do Rio de Janeiro, 29 de outubro de 1903.—O sub-director, *Pereira da Cruz*.

De ordem do Sr. Dr. director interino faço publico, para conhecimento dos interessados que, de accordo com o n. 42, art. 1º, da lei n. 1.114, do 30 de dezembro do anno proximo findo, as taxas do imposto de consumo sobre bebidas foram modificadas, do modo seguinte:

Amer picon, bitter, fernet branca, vermouth e bebidas semelhantes:

Por litro..... 600 réis
» garrafa..... 400 »
» meia garrafa.... 200 »

Bebidas constantes do n. 131 da classe 9ª da tarifa, a saber: absintho, aguardente de França, da Jamaica, do Reno ou do Rheno, Brandy, cognac, laranjinha, oucalypsintho, genobra, kirsch, rum, whisky e outras semelhantes ou que lhes possam ser assemelhadas, excepto a aguardente e o alcoo, fabricados no paiz:

Por litro..... 600 réis
» garrafa..... 400 »
» meia garrafa.... 200 »

Rio de Janeiro, 2 de janeiro de 1904.—O sub-director, *Pereira Cruz*.

Alfandega do Rio de Janeiro

Pela inspectoria desta Alfandega se faz publico, para conhecimento dos interessados, que foram descarregados para esta repartição os volumes abaixo mencionados com signaes de avarias e de falta; dovendo seus donos ou consignatarios apresentar-se no prazo de 15 dias para providenciarem a respeito.

Vapor inglez *Victoria*, procedente do Liverpool, entrado em 7 de outubro de 1903.—Manifesto n. 639.

Armazom n. 12—K: 1 caixa n. 611, reprecada.

H: 1 dita n. 8.817, idem.
MJS&C: 1 dita n. 571, idem.
VC&C: 1 dita n. 468, idem.
H: 1 dita n. 8.843, idem.
Idem: 1 dita n. 8.810, idem.
ACC: 1 dita n. 171, idem.
FMC: 1 dita n. 166, idem.
Idem: 1 dita n. 176, idem.
Idem: 1 dita n. 173, idem.
Idem: 1 dita n. 149, idem.
Idem: 1 dita n. 165, idem.
Idem: 1 dita n. 171, idem.
Idem: 1 dita n. 175, idem.

Idem: 1 dita n. 178, idem.
 Idem: 1 dita n. 168, idem.
 Idem: 1 dita n. 170, idem.
 Idem: 1 dita n. 177, idem.
 GA: 1 dita n. 4.389, idem.
 JFSC—CL: 1 dita n. 1016, idem.
 Idem: 1 dita n. 1.024, idem.
 Armazem n. 12—CPC—D: 1 caixa n. 641, repregada.
 H: 1 dita n. 8.825, idem.
 HFT: 1 dita n. 1, idem.
 GA: 1 dita n. 443, avariada.
 Idem: 1 dita n. 4.385, idem.
 Vapor italiano *Las Palmas*, procedente de Genova, entrado em 9 de outubro de 1903.—Manifesto n. 644.
 Armazem n. 16 — SMC: 1 caixa n. 293, repregada e avariada.
 MI: 1 dita n. 64, idem idem.
 MDL: 1 dita n. 1, idem idem.
 EB: 1 dita n. 31, idem idem.
 NDL: 2 ditas ns. 4—8, idem idem.
 DCI: 2 ditas ns. 6—13, idem idem.
 NDL: 1 dita n. 10, idem idem.
 NR: 1 dita n. 17, idem idem.
 Idem: 1 dita n. 10, idem idem.
 Idem: 1 dita n. 6, idem idem.
 Idem: 1 dita n. 27, vasando.
 66—11: 1 dita n. 320, repregada e avariada.
 DCI: 2 ditas ns. 16—115, idem idem.
 Idem: 1 dita n. 11, idem idem.
 SW: 1 dita n. 296, idem idem.
 SMC: 1 dita n. 316, idem idem.
 Idem: 1 dita n. 295, idem idem.
 Idem: 1 dita n. 9, idem idem.
 NDL: 1 dita n. 2, idem idem.
 Idem: 1 dita n. 10.123, idem idem.
 BFC: 1 dita n. 527, idem idem.
 GP: 1 dita n. 7.411, idem idem.
 Armazem n. 16—GP: 1 caixa n. 527, repregada e avariada.
 NC: 1 dita n. 7.411, idem idem.
 Idem: 1 dita n. 7.411/3, idem idem.
 DCI: 1 cesto n. 42, idem idem.
 Vapor inglez *Tamai*, procedente de Antuerpie, entrado em 19 de dezembro de 1903. Manifesto n. 822.
 Trapiche da Ordem—GAC: 13 caixas sem numero, com faltas.
 PC: 1 dita idem, idem.
 Martalet: 1 dita idem, idem.
 CA: 15 ditas idem, idem.
 CO: 7 ditas idem, idem.
 FBC: 3 dita idem, idem.
 AP: 6 ditas idem, idem.
 FBC: 1 dita idem, manchada.
 JJGC: 1 dita idem, com falta.
 Vapor inglez *Camões*, procedente de Liverpool, entrado em 8 de novembro de 1903. Manifesto n. 642.
 Armazem n. 8—1 caixa n. 6.569, repregada.
 Idem: 1 dita n. 3.707, idem.
 M—G: 1 dita n. 8.361, idem.
 H: 1 dita n. 8.754, idem e avariada.
 F: 1 barriça n. 1.715, idem idem.
 Rogres: 1 caixa n. 2.890, idem.
 GRC: 1 fardo n. 36, roto e avariado.
 Despacho sobre agua—Indo: 1 caixa n. 2.879, repregada.
 Vapor francez *Corsica*, procedente do Havre, entrado em 5 de outubro de 1903. Manifesto n. 633.
 Armazem n. 11—Lloyd Brasileiro:—CNLB: 1 caixa n. 547, repregada e avariada.
 Idem: 1 dita n. 540, idem idem.
 Idem: 1 dita n. 548, idem idem.
 Idem: 1 dita n. 551, idem idem.
 Armazem n. 11—Lloyd Brasileiro—CNLB: 1 caixa n. 545, repregada e avariada.
 Idem: 1 dita n. 555, idem idem.
 NOE: 1 dita n. 12.138, idem idem.
 SGC—Lloyd Brasileiro: 1 dita n. 869, idem idem.
 CNLB: 1 dita n. 527, idem idem.

Idem: 1 dita n. 531, avariada.
 CLS: 1 dita n. 7380, repregada.
 Idem: 1 dita n. 7.381, idem.
 JRC+C—V+N: 1 dita n. 669, repregada e avariada.
 A+V—BC: 1 dita n. 432, repregada.
 SA+C: 1 dita n. 1.131, idem.
 Noé: 1 dita n. 12.153, idem.
 JM: 1 dita n. 5, repregada e avariada.
 A+N—BC: 1 dita n. 45, idem.
 HSC: 1 dita n. 4.023, idem.
 ANC: 1 dita n. 130.537, idem.
 Armazem n. 11—JMM—Lloyd Brasileiro: 1 caixa n. 16, repregada e avariada.
 CNLB: 1 dita n. 535, idem.
 CFC: 1 dita n. 567, idem.
 DC—CC: 2 ditas ns. 335 e 348, idem.
 SGC: 1 dita n. 8.357, idem avariada.
 Vapor francez *Cordillere*, procedente de Bordéus, entrado em 9 de dezembro de 1903. Manifesto n. 646.
 Armazem da Estiva—C&C: 2 caixas sem numero, repregadas.
 Idem: 1 dita idem, idem.
 MPC: 1 dita n. 17.225, idem.
 CVH: 2 ditas ns. 17 e 14, idem.
 Idem: 1 dita n. 11, idem.
 C&C: 1 dita sem numero, idem.
 Armazem da Estiva—C+C: 1 caixa sem numero, repregada.
 Idem: 1 dita idem, idem.
 HMC—327: 1 dita n. 28.448, idem.
 Idem: 1 dita n. 28.455, idem.
 CVH: 1 dita n. 4, idem.
 CMG: 1 dita n. 587, idem.
 C&C: 1 dita sem numero, idem.
 Idem: 1 dita idem, idem.
 Idem: 1 dita idem, idem.
 Idem: 4 dita idem, idem.
 Idem: 1 dita idem, idem.
 Idem: 1 dita idem, idem.
 HMC—324: 1 dita n. 284.439, idem.
 Armazem n. 10—JC: 1 caixa n. 1.14, repregada.
 BD: 1 dita n. 736, idem.
 Idem: 1 dita n. 784, avariada.
 PF: 1 dita n. 1.033, repregada e avariada.
 HH—PD: 1 dita n. 6, idem idem.
 MMA: 1 dita n. 318.653, idem idem.
 AACC—P: 1 dita n. 23, avariada.
 PF: 1 dita n. 1.034, repregada e avariada.
 ESC—LF: 1 dita n. 1.162, avariada.
 AC: 1 dita n. 38, repregada.
 Armazem da Estiva—B&C: 2 ditas sem numero, repregadas.
 Idem: 1 dita idem, idem.
 Idem: 2 ditas idem, idem.
 Idem: 1 dita idem, idem.
 CVH: 1 dita n. 23, idem.
 Armazem da Estiva—MG: 1 caixa n. 208, repregada.
 Idem: 1 dita n. 203, idem.
 FG: 1 dita n. 16.833, idem.
 C&C: 1 dita sem numero, idem.
 CMC: 1 dita n. 36, idem.
 PMO: 1 dita n. 632, idem.
 Idem: 1 dita n. 802, idem.
 Vapor francez *Fischer*, procedente de Rangoon, entrado em 18 de dezembro de 1903—Manifesto.
 Krager: 936 saccos sem numros, arroz.
 Vapor allemã *Corrientes*, entrado em 28 de dezembro de 1903—Manifesto n. 840.
 Trapiche da Saude—CDS—Tramia: 5 caixas sem numero, com faltas.
 P&C: 4 ditas sem numero, idem.
 Letreiro—Barbosa Alb.: 3 ditas sem numero, idem.
 CR: 1 dita idem, idem.
 Vapor allemã *Prinz Citel Frederick*, procedente de Hamburgo, entrado em 11 de dezembro de 1903.—Manifesto n. 802.
 Trapiche Federal—BAC: 15 saccos sem numero, com faltas.
 Idem: 14 ditas idem, avariados.
 F: 1 caixa idem, repregada.

FIC—J: 1 dita idem, idem.
 MS: 8 saccos idem, com faltas.
 GT: 3 ditos idem, idem.
 Secco—VP: 2 caixas, repregadas.
 Vapor inglez *Orissa*, procedente de Valparaizo, entrado em 17 de dezembro de 1903.—Manifesto n. 814.
 Trapiche Federal—SC: 12 saccos, com faltas.
 Vapor allemão *Aachen*, procedente de Bremen, entrado em 12 de dezembro de 1903.—Manifesto n. 805.
 Trapiche Federal—AV: 1 sacco n. 1.344, com faltas.
 G+135—I: 5 ditos n. 534, idem.
 G+130—I: 7 ditos n. 535, idem.
 Trapiche Federal—Vicetas: 3 caixas sem numero, quebradas.
 VR: 5 ditas idem, idem.
 Idem: 40 ditas idem, idem.
 RC—Roj: 1 dita idem, idem.
 Vapor francez *Les Alpes*, procedente do Rio da Prata, entrado em 19 de dezembro de 1903.
 Trapiche Federal—Saludan P. de Loquas: 1 fardo com falta.
 Salden Reungraste—DM 7 fardos com faltas.
 Vapor allemão *Cavour*, procedente de Nova York, entrado em 12 de dezembro de 1903.—Manifesto n. 806.
 Trapiche Federal—NMC: 2 caixas sem numero, quebradas.
 QDAC: 1 barril idem vasio.
 Vapor allemão *Catania*, procedente de Nova York, entrado em 19 de dezembro de 1903.
 Trapiche Federal—Q—N: 1 barril repregado.
 QDCs: 2 ditos idem, idem.
 Idem—E: 57 tinas sem numero, avariadas.
 Vapor italiano *Ré Umberto*, entrado em 28 de dezembro de 1903.—Manifesto n. 830.
 Trapiche da Saude—GVC: 25 caixas sem numero, com faltas.
 Vapor *Carlo P.*, entrado em 26 de dezembro de 1903.—Manifesto n. 755.
 Sem marca: 40 fardos sem numero, avariados.
 Vapor inglez *Terence*, entrado em 28 de dezembro de 1903.—Manifesto n. 817.
 Trapiche da Saude—H: 2 teares ns. 1.057 e 1.058, quebrados.
 Vapor allemão *Catania*, entrado em 29 de dezembro de 1903.—Manifesto n. 827.
 Trapiche Rio de Janeiro—MMC: 20 barricas sem numero, com faltas.
 Vapor francez *Les Alpes*, entrado em 29 de dezembro de 1903.—Manifesto n. 816.
 Trapiche Rio de Janeiro—JJ: 148 saccos sem numero, com faltas.
 Vapor francez *Carolina*, procedente do Havre, entrado em 26 de dezembro de 1903.—Manifesto n. 823.
 Trapiche da ordem—C—M—C: 2 caixas sem numero, com faltas.
 JFP: 1 dita idem, idem.
 CSC: 5 ditas idem, idem.
 OLSC: 3 ditas idem, idem.
 RGC: 1 dita idem, idem.
 Macedo—W: 29 ditas idem, idem.
 Idem—Vique Bragança: 1 dita idem, idem.
 PC: 2 saccos idem, idem.
 AP: 3 ditas idem, idem.
 Macedo—W: 3 caixas idem, manchadas.
 AP: 3 saccos idem, avariados.
 Vapor Francez, *Cordillere* procedente de Bordeaux, entrado em 9 de outubro de 1902.—Manifesto n. 646.
 Armazem da estiva—CC: 2 caixas sem numero, repregadas.
 Idem: 1 dita idem, idem.
 HMC—324: 1 dita n. 28.451, idem.
 Idem: 1 dita n. 28.458, idem.
 MC: 1 dita n. 17.459, idem.
 CC: 2 ditas sem marca, idem.
 Idem: 1 dita sem marca, idem.

Idem: 2 ditas sem marca, idem.
Idem: 1 dita sem marca, idem.
MG: 1 dita n. 222, idem.
CC: 2 ditas sem marca, idem.
Idem: 2 ditas sem marca, idem.
Idem: 2 ditas sem marca, idem.
CVH: 2 ditas ns. 13 e 19, idem.
Idem: 1 dita n. 2, idem.
PMG: 1 dita n. 319, idem.
FYA: 2 ditas ns. 9 e 19, idem.
Alfandega do Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 1903.—Pelo inspector, *Francisco Manoel Fernandes*, ajudante.

Dia 4 de janeiro de 1904

Vapor francez *Cordillere* procedente de Bordeaux entrado em 9 de outubro de 1903.—Manifesto n. 646.

Armazem n. 10—FBB: 1 caixa n. 747, avariada.

LSC: 1 dita n. 12.796, repregada.
LD: 1 dita n. 13.198, idem.
D—GGC: 1 dita n. 2.017, idem.
JN: 1 dita n. 926, idem.
JLEC—JM: 1 dita n. 229, idem.
VRG: 1 dita n. 2.623, idem.
VS—129—C: 1 dita n. 103, idem.
HH—N: 1 dita n. 5, idem.
HBC: 1 dita n. 12.459, idem.
GFF: 1 dita n. 84, idem.
CB: 1 dita n. 9.085, idem.
Idem: 1 dita n. 9.086, idem.
Idem: 1 dita n. 9.087, idem.
FRR: 1 dita n. 5.463, idem.
OSC: 1 dita n. 20.841, idem.
CPC: 1 dita n. 8.126, idem.
CD—DF: 1 dita n. 1, idem.
66—11—D: 1 dita n. 338, idem.

Vapor inglez *Terence* entrado em 31 de dezembro de 1903.—Manifesto n. 817.

Trapiche da Saude—C: 10 barris sem numero, vasando.

Vapor francez *Corsica*, procedente do Havre, entrado em 5 de outubro de 1903.—Manifesto n. 633.

Despacho sobre agua — C&C—VDP: 2 caixas ns. 4.951 e 4.961, repregadas.

Idem: 2 ditas ns. 4.965 e 4.967, idem.
Idem: 2 ditas ns. 4.962 e 4.963, idem.
Idem: 2 ditas ns. 4.970 e 4.971, idem.

Idem: 3 ditas ns. 4.955, 4.956 e 4.975, idem.

PMG—JCB: 2 ditas ns. 5.159 e 5.151, idem.

Idem: 2 ditas ns. 5.158 e 5.150, idem.
Idem: 1 dita n. 5.143, idem.

CC—VDP: 3 ditas ns. 4.964, 4.968 e 4.942, idem.

Idem: 2 ditas ns. 4.958 e 4.948, idem.

PMG—SM: 2 ditas ns. 5.144 e 5.135, idem.

Idem: 2 ditas ns. 5.143 e 5.132, idem.
Idem: 2 ditas ns. 5.140 e 5.149, idem.
Idem: 2 ditas ns. 5.136 e 5.155, idem.
Idem: 2 ditas ns. 5.138 e 5.134, idem.

C&C—VDP: 2 ditas ns. 4.954 e 4.952, idem.

Idem: 2 ditas ns. 4.966 e 4.946, idem.
Idem: 1 dita n. 4.969, idem.

PMG—SM: 2 ditas ns. 5.133 e 5.145, idem.

Idem: 2 ditas ns. 5.139 e 5.131, idem.
Idem: 1 dita n. 5.141, idem.

Vapor allemão *Heidelberg*, procedente de Bremen, entrado em 5 de outubro de 1903.—Manifesto n. 634.

Armazem n. 3—SMC: 1 barril sem numero, vasio.

MMC: 2 ditas idem, idem.
Dia: 2 ditas idem, quebradas.

Vapor allemão *S. Paulo*, procedente de Hamburgo, entrado em 13 de outubro de 1903.—Manifesto n. 649.

Armazem das amostras—JAC: 1 caixa n. 4, repregada.

Bouggamam Pereira: 1 caixa n. 2, avariada.

Vapor francez *Magellan*, procedente do Rio da Prata entrado em 13 de outubro de 1903.—Manifesto n.

Armazem n. 10—Vianna: 1 caixa n. 1919, avariada.

Armazem n. 6—Avenier: 2 ditas ns. 15 e 39, repregadas.

Idem: 2 ditas ns. 38 e 46, idem.
Idem: 1 dita n. 7, idem.

AP: 1 dita n. 870, idem.

Vapor inglez *Oropeza*, procedente de Valparaíso entrado em 10 de outubro de 1903.—Manifesto n.

Armazem n. 6—WBS: 1 caixa sem numero, repregada.

Vapor francez *Corsica*, procedente do Havre, entrado em 5 de outubro de 1903.—Manifesto n. 633.

Armazem n. 11—MSC: 1 caixa n. 6.423, avariada.

L. Brasileiro—CNLB: 1 dita n. 536, repregada e avariada.

Idem: 1 dita n. 520, idem idem.
Idem: 1 dita n. 521, idem idem.

SPC: 1 dita n. 105, idem idem.
D. Brasileiro—CNLB: 1 dita n. 567, idem idem.

Idem: 1 dita n. 542, idem idem.
Idem: 1 dita n. 541, idem idem.

Idem: 1 dita n. 544, idem idem.
Idem: 1 dita n. 537, idem idem.

Idem: 1 dita n. 558, idem idem.
DD: 1 dita n. 2.926, idem idem.

YFF: 1 dita n. 1.502, idem idem.
LHC: 1 dita n. 135, idem idem.

AVC: 1 dita n. 5.774, idem idem.
CA: 1 dita n. 694, idem idem.

OABC—SGM: 1 dita n. 339, idem idem.
SPC—L. Brasileiro: 1 dita n. 104, idem idem.

CNLB: 1 caixa n. 513, idem idem.

Vapor allemão *Petropolis*, procedente de Hamburgo, entrado em 5 de outubro de 1903.—Manifesto n. 632.

Armazem n. 14—RAN: 1 caixa n. 9, repregada.

Idem: 1 dita n. 7, idem.
Idem: 1 dita n. 12, idem.

Idem: 1 dita n. 15, idem.
Idem: 1 dita n. 5, idem.

Idem: 1 dita n. 16, idem.
Idem: 1 dita n. 4, idem.

Idem: 1 dita n. 6, idem.
Idem: 1 dita n. 3, idem.

RMC: 1 dita n. 7.156, idem.
SC: 1 dita n. 191, idem.

Idem: 1 dita n. 192, idem.
SBW: 1 dita n. 23.260, idem.

M: 1 dita sem numero, idem.
Idem: 1 dita sem numero, idem.

MC: 1 dita n. 1.912, idem.
MWC: 1 dita n. 2.972, idem.

Drogaria Beririni: 1 dita n. 170, idem.
Idem: 1 dita n. 167, idem.

GM: 1 dita n. 9.323, idem.
GP: 1 dita n. 364, idem.

G: 1 dita n. 1.302, idem.
JBSC: 1 dita n. 1.746, idem.

JLCM: 1 dita n. 3, idem.
JE: 1 dita n. 12.754, idem.

LR: 1 dita n. 594, idem.
LR: 1 dita n. 1.037, idem.

Novaes: 1 dita n. 348, idem.
PHC: 1 dita n. 652, idem.

Idem: 1 dita n. 653, idem.
PAC: 1 dita n. 12.893, idem.

J—C—R: 1 dita n. 8.133, idem.
Idem: 2 ditas ns. 8.134 e 8.139, idem.

Anzol: 1 dita n. 121, idem.
AS: 1 dita n. 2.069, idem.

ARC: 1 dita n. 12.978, idem.
D—G: 1 dita n. 1.278, avariada.

Drogaria Beririni: 1 dita n. 170, repregada.
Idem: 1 dita n. 167, idem.

EM: 2 ditas ns. 125 e 121, idem.
FSKC: 2 ditas ns. 11.926 e 11.818, idem.
Idem: 1 dita n. 11.817, idem.

Idem: 1 dita n. 11.815, idem.
Vapor francez *Corsica*, procedente do Havre, entrado em 5 de outubro de 1903.—Manifesto n. 633.

Sobre agua — TBC: 3 caixas ns. 1, 1 e 1, repregadas.

Idem: 2 ditas n. 1 e 1 idem.
Idem: 3 ditas n. 1, 1 e 1, idem.

Idem: 2 ditas n. 1 e 1, idem.
Idem: 3 ditas n. 1, 1 e 1, idem.

Idem: 2 ditas n. 1 e 1, idem.
Idem: 3 ditas n. 1, 1 e 1, idem.

Idem: 3 ditas n. 1, 1 e 1, idem.
CVC: 1 dita n. 1, idem.

Avenier: 2 ditas n. 1 e 1, idem.
PMG—JOB: 1 dita n. 5.144, idem.

Idem: 1 dita n. 5.157, idem.
Idem: 1 dita n. 5.146, idem.

CC—YOP: 4 ditas ns. 1, 1 e 1, idem.
Idem: 1 dita n. 1, idem.

Armazem n. 11—ARC—L. Brasileiro: 1 caixa n. 18, repregada e avariada.

CNLB: 2 ditas ns. 540 e 559, idem idem.
Idem: 1 dita n. 154, idem idem.

PAC: 2 ditas ns. 8 e 11, idem idem.
JBS: 1 dita n. 708, idem idem.

JRFC: 1 dita n. 1, idem idem.
SAC: 1 dita n. 1, idem idem.

X: 1 dita n. 4.535, idem idem.
Idem: 1 dita n. 4.532, idem idem.

Idem: 1 dita n. 4.533, idem idem.
Idem: 1 dita n. 4.531, idem idem.

OABC—SGM: 1 dita n. 342, idem idem.
BCC—SGM: 1 dita n. 7.598, idem idem.

ACCC: 1 dita n. 550, idem idem.
Idem: 1 dita n. 334, idem idem.

RC: 1 dita n. 254, idem idem.
PF: 1 dita n. 9.032, idem idem.

AV—BC: 1 dita n. 41, avariada.
ASC: 1 dita n. 451, repregada e avariada.

CNLB: 1 dita n. 557, idem idem.
Vapor inglez *Danube*, procedente de Buenos Aires, entrado em 13 de outubro de 1903.—Manifesto n. 631.

Armazem das amostras — AV Magalhães: 1 pacote sem numero, repregado.

Alfandega do Rio de Janeiro, 4 de janeiro de 1904.—O inspector, *Francisco Manoel Fernandes*, ajudante.

Ministerio da Marinha

ESTADOS UNIDOS DO BRAZIL

Repartição da Carta Maritima

AVISO AOS NAVEGANTES N. 2

Estado do Espirito Santo

Aviso aos navegantes que a boia encarnada do lado sul do Recife «Mula», garrou e brevemente será recollocada.

Directoria de Hydrographia, 8 de janeiro de 1904. — *Othon Bulhão*, director.

Commissariado Geral da

Armada

COSTURAS

Esta repartição distribue costuras, hoje, ás senhoras matriculadas sob ns. 11 a 20, das quatro categorias.

Previne-se ás senhoras costureiras desta repartição que foi marcado o prazo de quinze dias, a contar de 1 do corrente, para apresentarem novas cartas de fiança acompanhadas dos seus respectivos cartões de matricula, certas de que perderão o direito á referida matricula si o não fizerem no prazo acima estipulado.

Commissariado Geral da Armada, 9 de janeiro de 1904.—O secretario, *Pedro Nunes Corrêa de Sá*.

Escola Naval

De ordm do Sr. contra-almirante director, devem comparecer nesta escola sabado, 9 do corrente, ás 11 horas da manhã

os alumnos paisanos Alfr do Linay, Pio da Rocha Pombo e Gastão Henrique Maieii.
Escola Naval, 8 de janeiro de 1904. — *Lucidio Augusto Pereira do Lago*, secretario.

De ordem do Sr. contra-almirante director, provino aos candidatos á matricula no curso de marinha que a prova escripta de arithmetica terá logar segunda feira 11 do corrente, ao meio-dia, e ás 10 horas será dado ponto para a prova escripta de algebra, geometria e trigonometria.

Os que tiverem de fazer prova de arithmetica devem trazer as tabuas de logarithmos.

Haverá conducção no Arsenal da Marinha ás 9 horas e 45 minutos e 11 e 30 da manhã.

Escola Naval, 8 de janeiro de 1904. — *Lucidio Augusto Pereira do Lago*, secretario. (

Intendencia Geral da Guerra

De ordem do Exm. Sr. general intendente e de conformidade com o disposto no aviso do Ministerio da Guerra n. 718, de 26 do corrente, acha-se aberta neste gabinete, por espaço de 60 dias, a inscripção para o concurso necessario ao provimento de uma vaga de amanuense que nesta repartição existe.

Os candidatos deverão, préviamente, habilitar-se com os documentos que provem ter a idade legal, a nacionalidade brasileira e a conducta boa.

O concurso versará sobre portuguez, arithmetica até proporções, inclusive, traducção simples do francez, redacção official e noções de geographia do Brazil.

Gabinete da Intendencia Geral da Guerra, 31 de dezembro de 1903. — O chefe, *Ivo do Prado Montes Pires da Franca*, major. (

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas

DIRECTORIA GERAL DE OBRAS E VIAÇÃO

De ordem do Sr. Ministro e em observancia do art. 22, n. XXI da lei n. 957, de 30 de dezembro de 1902, se faz publico que no dia 31 de março de 1904 na Directoria Geral de Obras e Viação deste Ministerio e nas Delegacias do Thesouro Federal nas Capitães dos Estados, ao meio-dia, e bem assim na Delegacia do Thesouro em Londres, ás 3 horas da tarde, hora dessa cidade, serão recobidas e abertas propostas para o arrendamento da estrada de ferro de Paranaguá a Curitiba, prolongamentos e ramais, com 416.995 metros em trafego, e tendo tido em 1902 a renda bruta de 2.828.982\$930 e no 1º semestre de 1903 a de 1.503.549\$480, de accordo com as seguintes clausulas:

O arrendamento terá por objecto:

a) a linha actualmente em trafego;
b) as estações, escriptorios, armazens, depositos e mais edificios e dependencias da estrada;

c) o material fixo e rodante.

Paragrapho unico. Para a entrega do material acima, regulará o inventario respectivo.

O arrendamento será pelo prazo de 30 annos contados da data da assignatura do contracto.

3ª

O preço do arrendamento constará do:

a) uma contribuição inicial de 300.000\$, paga em moeda corrente;
b) uma quota semestral paga em moeda corrente e na forma da clausula 4ª, correspondente a % da renda bruta semestral até 1.500.000\$ que é a renda actual da estrada. Dahi em diante essa porcentagem será augmentada de 0,05 % para cada acrescimo de 10.000\$ ou fracção de 10.000\$ da renda bruta

total do semestre, até que esse acrescimo atinja a 10 %, conservando-se a porcentagem fixa novamente de tal limite em diante;
c) uma quantia fixa annual de 30.000\$ paga por semestres adelantados e destinada ás despesas de fiscalização e tomada de contas.

4ª

O pagamento da porcentagem de que trata a alinea b da clausula 3ª far-se-ha da seguinte fórma: até o dia 10 do segundo mês de arrendamento e até a mesma data de cada mez subsequente, será paga pelo arrendatario uma quota igual a 75 % da sexta parte do valor da porcentagem paga ao Governo em igual semestre do anno anterior. Findo o semestre, o que sempre se verificará em 30 de junho e 31 de dezembro, proceder-se-ha á tomada de contas, fixando-se definitivamente a porcentagem da renda bruta pertencente ao Governo, e deduzindo-se o valor das quotas mensaes pagas pelo arrendatario.

§ 1.º O saldo verificado nessa tomada de contas a favor do Governo será pago pelo arrendatario dentro do prazo de 10 dias.

§ 2.º Caso o saldo verificado seja a favor do arrendatario, seu valor será deduzido das quotas mensaes subsequentes á verificacção.

§ 3.º Durante o primeiro anno de arrendamento, inteiro ou fraccionario, o calculo do valor das quotas mensaes será feito applicando-se a porcentagem offercida pelo arrendatario á renda bruta semestral de 1.500.000\$ acima declarada.

5ª

O Governo poderá occupar temporariamente a estrada de ferro, no todo ou em parte, indemnizando o arrendatario pela fórma descripta na clausula 6ª.

6ª

No caso de occupação temporaria, a indemnização será igual á média da renda liquida dos periodos correspondentes, no quinquennio precedente á occupação, ou nos annos anteriores, caso não haja ainda decorrido um quinquenio do arrendamento, ou á média da renda liquida nos mezes anteriores, caso não haja ainda decorrido um anno.

7ª

O Governo poderá, decorridos dez annos do arrendamento, fazer a encampação do contracto pela fórma descripta na clausula 8ª.

8ª

No caso de encampação a indemnização corresponderá a 25 % da renda liquida média annual verificada no ultimo quinquenio, multiplicada pelo numero de annos que faltarem para terminação do arrendamento, e mais tantas trigesimas partes do capital estipulado na clausula 10ª, quantos annos faltarem para a terminação do arrendamento.

Paragrapho unico. Os multiplicadores em ambos os productos acima indicados se são annos completos, desprezando-se as fracções de anno.

9ª

As indemnizações descriptas nas clausulas 6ª e 8ª serão pagas em moeda corrente do paiz.

10ª

Para todos os effectos desta contracto serão considerados:

a) como renda bruta: a somma de todas as rendas ordinarias e extraordinarias arrecadadas pelo arrendatario;

b) como renda liquida: a differença entre a renda bruta e a somma das despesas de custeio e conservação definidas na clausula 12 e da deducção de 4 % indicada no § 2º da clausula 29ª;

c) como capital:

1º, a contribuição inicial;
2º, o sollo proporcional do contracto;

3º, o valor do material rodante acrescimo e das obras novas feitas na estrada, devidamente autorizadas pelo Governo.

11ª

A tomada de contas para o pagamento da porcentagem á Fazenda Federal, bem como para a determinação da renda liquida a que se referem as clausulas 6ª e 8ª far-se-ha por processo identico ao que estiver estabelecido para o pagamento da garantia do juros.

O arrendatario obriga-se a exhibir, sempre que lhe forem exigidos, os livros da respectiva escripturação e documentos justificativos, e a enviar ao engenheiro fiscal, até o dia 20 de cada mez, uma relação detalhada da totalidade dos transportes effectuados pela estrada durante o mez anterior, indicando a qualidade, quantidade e preços.

12ª

Constituem despesas de custeio e de conservação as que são definidas na clausula 34ª do decreto n. 862, de 16 de outubro de 1890; além das despesas miudas de escriptorio e administração (sollos, estampilhas, telegrammas, impostos), das quotas para fiscalização e da imperancia das contribuições pagas ao Governo pelo arrendamento, indicadas na alinea b da clausula 3ª.

13ª

Ficam expressamente excluidos das despesas de custeio:

a) as multas e as indemnizações do dano;

b) os juros e a amortização das operações do credito;

c) tudo quanto não tiver sido approvedo pelo Governo, expressamente ou por omissão, vencido o prazo de que trata a clausula 14ª.

14ª

O orçamento das despesas de administração, conservação e melhoramentos da estrada será submettido á approvação do Governo, considerando-se approvedo 60 dias depois de sua apresentação ao engenheiro-fiscal, caso nesse prazo não haja sido impugnado ou approvedo pelo Governo.

15ª

O arrendatario, mediante previa autorização do Governo, poderá construir linhas auxiliares, ou dobrar as linhas actuaes, por toda a extensão da estrada, onde taes obras se tornem precisas.

Paragrapho unico. Esses trechos de linha, cujo valor será levado á conta de capital, pertencerão ao Governo e ficarão immediatamente incorporados á exploração da estrada, objecto do presente edital, e subordinados ao seu regimen.

16ª

O arrendatario terá preferencia em igualdade de condições para a construcção, uso e gozo dos prolongamentos e ramais que concorrerem para o desenvolvimento e facilidade do trafego, respeitadas os direitos adquiridos por concessões anteriores.

Paragrapho unico. As condições relativas á construcção, uso e gozo dos prolongamentos e ramais serão fixadas previamente pelo Governo.

17ª

O arrendatario receberá a estrada e mais dependencias por um inventario, nos termos da clausula 1ª ao qual serão sempre accrescentados o material novo e obras novas levadas á conta de capital, e deduzido o material imprestavel, que não for substituido a juizo do Governo, lavrando-se um termo da entrega, no qual figurará o recibo do arrendatario passado no inventario de que trata a mencionada clausula 1ª.

Finº o arrendamento, encampado ou rescindido o contracto, o arrendatario entregará a estrada por esse inventario com os accrescimos ou deducções que elle tiver soffido.

Esse inventario servirá para o recebimento pelo Governo e entrega da estrada ao arrendatario no caso de occupação temporaria.

18ª

O arrendatario mantera á sua custa em perfeito estado de conservação as linhas, edificios, officinas e mais dependencias da estrada, bem como o material rodante. O augmento ou substituição deste material, conforme ás necessidades do trafego, será feito nos termos do § 2º da clausula 29ª.

Paragrapho unico. Sempre que o Governo entender, extraordinariamente, mandar inspecionar o estado das linhas, suas dependencias e o material rodante. O representante do Governo será acompanhado pelo do arrendatario e estes escolherão desde logo um desempassador, decidindo a sorte entre dous nomes apresentados, um pelo representante do Governo e outro pelo do arrendatario, caso não cheguem a um accordo.

Desta inspecção lavrar-se-ha um termo, consignando os serviços a fazer, afim de assegurar a boa conservação da estrada e regularidade do trafego, bem como fixando os prazos em que elles devam ser executados. O arrendatario fica obrigado a dar cumprimento ao que lhe fór determinado nesse termo e nos prazos estatuidos. Não o fazendo, será multado e novos prazos serão marcados pelo Governo. A falta de cumprimento dentro desses novos prazos será punida com a rescisão do contracto, nos termos da clausula 23ª.

19ª

Vigorarão provisoriamente para a estrada arrendada as condições regulamentares, tarifas e horarios actuaes; o arrendatario, porém, deverá propor ao Governo, dentro do prazo maximo de seis mezes, modificações que beneficiem os generos de produção nacional.

§ 1º. Nos casos especiaes, como falta e carestia de generos alimenticios, o Governo poderá determinar a redução provisoria das tarifas, que julgar conveniente. O arrendatario será embolsado do prejuizo que tiver com essa redução, deduzindo-se seu valor, levada em conta a porcentagem pertencente ao Governo, da contribuição semestral.

§ 2º. Anualmente, si a renda liquida indicada na alinea b da clausula 10ª e pertencente ao arrendatario exceder de 12 % sobre o capital de que trata a mesma clausula 10ª, augmentado de um fundo de movimento fixado em 100:000\$, far-se-ha uma redução das tarifas, de modo a procurar obter uma diminuição na renda geral até 30 % do excesso de juro além de 12 %.

Nessa redução serão contempladas em primeiro logar as tarifas relativas aos generos de produção nacional.

Essa redução não será mantida no anno seguinte áquelle em que ella vigorar, si os juros do capital acima indicado forem inferiores a 12 % durante o mesmo anno.

§ 3º. A revisão geral das tarifas far-se-ha de tres em tres annos.

§ 4º. Os preços das tarifas reduzidas ou revistas só entrarão em vigor oito dias depois de publicados pela imprensa e de affixados por edital nas estações da estrada.

§ 5º. Não haverá transporte gratuito na estrada sinão para o pessoal em serviço e para objecto de serviço, para os materiaes dos prolongamentos, ramaes, da conservação das linhas, dependencias e officinas, para as malas do correio e seus conductores.

§ 6º. Dependência de approvação do Governo quaesquer modificações nos horarios actuaes.

20ª

O trafego não poderá ser interrompido, salvo caso de força maior, a juizo do Governo.

21ª

O arrendatario, ressalvado o disposto na clausula 23ª, ficará constituido em mora, *ipso jure*, e obrigado ao juro annual de 9 %:

a) si, dentro de 10 dias depois das liquidações das contas das porcentagens devidas á Fazenda Federal, não pagal-as;

b) si não effectuar o pagamento da contribuição de que trata a letra c da clausula 3ª;

c) si não pagar nos 10 primeiros dias do mez seguinte as quotas mensaes de que trata a clausula 4ª.

22ª

O Governo reserva-se o direito de impôr multas de 200\$ até 10:000\$ pelas irregularidades do trafego sem motivo justificado, a juizo do Governo, ou por qualquer infracção do contracto.

23ª

A rescisão do contracto se dará de pleno direito em cada um dos seguintes casos:

a) si o arrendatario interromper ou abandonar o trafego em toda ou em parte da estrada por mais de tres dias;

b) si não pagar a contribuição fixa, de que trata a letra c da clausula 3ª dentro de 30 dias do semestre correspondente ou o saldo das porcentagens de que trata a clausula 4ª, até o ultimo dia do mez seguinte áquelle a que ellas se referirem;

c) si não renovar, dentro de 30 dias contados da notificação pelo fiscal, a caução, quando desfalçada;

d) si no prazo de 30 dias da liquidación das contas do semestre não entrar com a quota de reforço da caução de que trata o § 1º da clausula 29ª, ou com a destinada ao fundo especial de que trata o § 2º da mesma clausula 29ª;

e) pela falta de boa conservação da estrada nos termos da clausula 18ª;

f) pela transferencia do contracto, salvo a hypothese da clausula 37ª.

24ª

Verificada a rescisão do contracto nos termos da clausula 38ª, não será devida ao arrendatario indemnização alguma, mas responderá por prejuizos, perdas e damnos, além de perder em favor da União a caução e seus reforços, bem como 50 % do fundo especial de que trata o § 2º da clausula 29ª.

25ª

O contracto a lavrar-se será intransferivel, salvo a hypothese da clausula 37ª.

26ª

O arrendatario, caso sua séde seja fóra do Brazil, obriga-se a ter na Republica um representante, com plenos e illimitados poderes para tratar e resolver definitivamente, perante o administrativo e judiciario brasileiros, quaesquer questões que com elle se suscitarem no país, podendo o dito representante ser demandado e receber citação inicial e outras em que por direito se exija citação pessoal.

27ª

O arrendatario gosará do favor de desapropriação por utilidade publica, na fórma das leis e regulamentos em vigor.

28ª

O fóro para todas as questões judiciaes, seja autór ou réo o arrendatario, será federal.

29ª

A caução de 50:000\$ que o proponente preferido tiver feito no Thesouro Federal e nos termos da clausula 42ª para garantir a assignatura do contracto, deverá ser por elle elevada para garantia do mesmo contracto a 150:000\$ em moeda corrente ou apolices da Divida Publica Federal, no prazo de 8 dias contados da publicação no *Diario Official*; além dessa caução, entretanto, a responsabilidade do arrendatario resultante do contracto de arrendamento será illimitada.

§ 1º. Esta caução de 150:000\$ será mantida integral durante todo o tempo do arrendamento, sendo além disso reforçada por um fundo constituido por quotas de 1 % da renda bruta da estrada arrecadada pelo arrendatario e que este depositará por semestres vencidos no Thesouro Federal, em moeda corrente ou apolices federaes.

§ 2º. Será constituido, em moeda, corrente um fundo especial por quotas de 4% da renda bruta arrecadada pelo arrendatario, depositadas nas mesmas épocas do anterior, e destinado a ser applicado por determinação e a juizo do Governo, na substituição e accrescimento do material rodante, machinas, instrumentos e utensilios das officinas e nas grandes reparações das linhas.

Na deficiencia desse fundo as despezas alludidas serão feitas pelo arrendatario.

30ª

Findo o prazo do arrendamento ou rescindido o contracto:

a) si as linhas, edificios, officinas e mais dependencias da estrada e o material fixo e rodante não estiverem em perfeito estado de conservação, será deduzida das importancias depositadas no Thesouro a parte necessaria para preenchimento desta condição, observando-se o disposto na clausula 24ª;

b) o saldo da caução e do fundo especial de que trata o § 2º da clausula 29ª será entregue ao arrendatario, cumprido tambem o que estabelece a clausula 24ª;

c) si as quantias deduzidas nos termos da alinea a não bastarem para o preenchimento da clausula de perfeita conservação, o arrendatario ficará obrigado á devida indemnização que será fixada judicialmente, mediante vistoria e arbitramento, procedendo-se á cobrança executiva.

31ª

Os lubrificantes, material de consumo da locomoção, livros, impressos, material de telegrapho ou de construção, combustivel, ou utensilios existentes nos almoxarifados e depositos, e entregues mediante inventario ao arrendatario, serão a este debitados pelo custo e pagos no prazo de 90 dias.

Havendo justo motivo para alteração do preço do custo desses materiaes, elle será determinado por uma avaliação que se fará *in situ* por duas pessoas, sendo uma nomeada pelo Governo e outra pelo arrendatario, as quaes préviamente escolherão um desempassador, por accordo ou pela sorte, na falta de accordo.

Paragrapho unico. Identico processo terá logar com relação ao material pertencente ás categorias acima, que houver sido commendado para o serviço da estrada e ainda não entregue na data de arrendamento.

A avaliação far-se-ha á medida que for sendo recebido pelo arrendatario e o pagamento será realizado por este no prazo de 90 dias.

32ª

Findo o prazo do arrendamento ou rescindido o contracto, o material especificado na clausula 31ª e seu paragrapho será recebido pelo Governo pelo mesmo processo indicado na referida clausula 31ª, não podendo a quantidade desse material exceder ás necessidades de um semestre.

33ª

O arrendatario obriga-se a manter ou admittir trafego mutuo com as estradas de ferro a que for applicavel, e bem assim com a Repartição Geral dos Telegraphos, na fórma das leis e regulamentos em vigor e de accordo com as normas adoptadas na Estrada de Ferro Central do Brazil.

34ª

São applicaveis á linha arrendada as disposições dos regulamentos em vigor para a

policia e securanca, fiscalização e estatística das estradas de ferro, desde que não sejam contrarias ás presentes clausulas.

35ª

Os casos omissos no presente edital serão rigidos pela legislação civil e administrativa do Brazil, quer nas relações do arrendatario com o Governo, quer com os particulares.

36ª

No caso de fallencia ou interdicção do contractante, o contracto fica rescindido, tendo o contractante direito apenas a receber as seguintes quantias:

- 1.ª A caução e seus re'orços;
- 2.ª O saldo do fundo especial de que trata o § 2º da clausula 29ª;
- 3.ª Tantas trigessimas partes do capital de que trata a clausula 10ª quantos annos completos faltarem para a terminação do arrendamento.

Além dessas verbas não terá direito a qualquer outra indemnização, seja qual for sua especie.

Paragrapho unico. Antes de ser apurado o valor das quantias acima, a estrada será recebida pelo Governo, observando-se o disposto na clausula 30ª.

37ª

No caso de morte do arrendatario, o Governo poderá continuar o contracto, e neste caso, de accordo com o representante legal, providenciara sobre o trafego.

§ 1.º A transferencia do contracto será feita lavrando-se termo de novação, em virtude do qual o cessionario succederá ao arrendatario em todos os seus direitos e obrigações.

§ 2.º Si os herdeiros do arrendatario não forem idoneos, a juizo exclusivo do Governo, o contracto será rescindido pelo Governo na forma da clausula anterior.

38ª

A rescisão deste contracto nos casos das clausulas 23ª, 36ª e 37ª será declarada por decreto do Governo, sem dependencia de interpellação ou acção judiciaria.

39ª

O contractante não poderá despedir, dentro do 1º semestre do arrendamento, qualquer dos empregados de ordenado mensal ou jornalheiro, que desempenhar funcções na estrada, na época em que esta lhe for entregue, sem prévio aviso de dois mezes, ou pagamento do ordenado correspondente a esse prazo, salvo falta grave committida e neste caso a juizo do engenheiro fiscal.

40ª

Salvo autorização especial do Governo, concedida sempre a titulo provisório, só será permittido como combustivel na estrada o carvão de pedra.

41ª

A concorrência versará sobre a percentagem da renda bruta da estrada, que deverá ser paga ao Governo na forma da alinea b da clausula 3ª, bem como sobre a idoneidade do proponente.

Na escolha da proposta, o Governo terá em vista, além disso, os direitos de preferéncia e n igualdade de condições estabelecidos no contracto do resgate lavrado a 25 de abril de 1902 com a *Compagnie Générale de Chemins de Fer Brésiliens*, caso a mesma companhia apresente proposta definida na forma deste edital e essa proposta seja classificada em igualdade de condições com a que for julgada melhor pelo Governo.

42ª

As propostas deverão indicar exclusivamente a percentagem a pagar ao Governo sobre a renda bruta, nos termos da alinea b da clausula 3ª. Não serão levadas em conta para a escolha quaesquer variações dessa percentagem que não as indicadas na mesma alinea nem outras vantagens offerecidas.

O proponente declarará na proposta que aceita todas as condições do presente edital.

43ª

As propostas, devidamente selladas, deverão vir acompanhadas de documento que prove o deposito no Thesouro Federal da quantia de 50:000\$, para garantir a assignatura do contracto, e que ficará pertencendo ao Thesouro Federal, caso o proponente, aceito e convidado a assignar o contracto, não o faça dentro de 10 dias contados da data da publicação no *Diario Official*.

44ª

O Governo reserva-se o direito de annullar a presente concorrência, caso não julgue aceitavel nenhuma proposta apresentada, sem que dahi resulte direito a indemnização ou juro algum aos concorrentes que se tiverem apresentado.

Directoria Geral de Obras e Viação, 30 de dezembro de 1903.—*J. F. Parreiras Horta*.

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas

DIRECTORIA GERAL DA INDUSTRIA

Patentes de invenção

- N. 4.012, José Francisco Jorge.
- N. 4.013, Leonard Schade van Westum.
- N. 4.014, Idem.

Convido os senhores acima mencionados a comparecerem nesta directoria geral, amanhã, 9 do corrente, á 1 hora da tarde, afim de assistirem á abertura dos envoltorios contendo os relatorios das invenções.

Directoria Geral da Industria da Secretaria da Industria, Viação e Obras Publicas, 8 de janeiro de 1904. — O director geral, *J. F. Soares Filho*.

Estrada de Ferro Central do Brazil

CONCURRENCIA PARA O FORNECIMENTO DE 120.000 KILOS DE ESTOPA BRANCA ESTRANGEIRA

Tendo sido annullada a concorrência para o fornecimento de 120.000 kilos de estopa branca estrangeira, effectuada em 30 de outubro ultimo, de ordem da directoria faço publico que, ás 12 horas do dia 9 de janeiro proximo futuro, na intendencia desta estrada, serão recebidas novas propostas para o referido fornecimento durante o 1º semestre de 1904.

O fornecimento fica sujeito ás seguintes condições:

Augmento ou diminuição de 10 a 25 %, mediante aviso, com antecedencia de 60 dias.

Um terço do fornecimento terá logar 40 dias depois da assignatura do contracto e o restante em dous fornecimentos iguaes, um 15 dias depois do primeiro fornecimento e outro 33 dias depois do segundo.

As propostas, acompanhadas das respectivas amostras, deverão indicar o preço em ouro, que será invariavelmente para todos os proponentes, qualquer que seja o paiz de origem, a libra, sendo os elementos de base desse preço o hectogramma.

A estopa será importada directamente para o serviço da estrada e entregue na intendencia, devendo vir para isso os conhecimentos de embarque em nome da mesma estrada.

Os concorrentes deverão apresentar-se naquella intendencia no dia e hora acima indicados, com as propostas fechadas, devidamente selladas, datadas, assignadas, com indicação de suas residencias, e deverão exhibir, em separado, no acto da apresentação da proposta, o recibo da caução de 1:000\$, previamente feita na thesouraria desta estrada, para garantir a assignatura do contracto, e bem assim a prova de estar o proponente quite com a Fazenda Municipal quanto ao pagamento do imposto de alvarás

de licença para exercicio do negocio, profissão e industria.

Os concorrentes declararão aceitar as condições estabelecidas para o serviço de concurrencias.

Secretaria da Estrada de Ferro Central do Brazil, 30 de dezembro de 1903.—*José Ricardo de Albuquerque*, official da secretaria.

PARTE COMMERCIAL

Camara Syndical dos Corretores de Fundos Publicos da Capital Federal

CURSO OFFICIAL DE CAMBIO E MORDA METALLICA

	90 d/v A' vista	
Sobre Londres.....	11 31/32	11 59/64
» Pariz.....	\$797	\$800
» Hamburgo.....	\$983	\$987
» Italia.....	—	\$742
» Portugal.....	—	\$372
» Nova York.....	—	4\$146
Libra esterlina em moeda.....		20\$450
Ouro nacional em vales, por 1\$000		2\$265

CURSO OFFICIAL DOS FUNDOS PUBLICOS E PARTICULARES

Apolicos geraes de 5 %, miudas	961\$000
Ditas idem idem de 1:000\$000....	972\$000
Ditas do Empréstimo Nacional de 1895, port.....	969\$000
Ditas idem idem de 1895, nom....	970\$000
Ditas idem idem de 1897, nom....	1:018\$000
Ditas do Empréstimo Municipal de 1896, port.....	177\$000
Idem idem idem idem, nom....	180\$000
Ditas inscripção de 3 % port...	904\$000
Ditas idem idem, nom.....	904\$000
Ditas do Estado do Rio de Janeiro, de 100\$, 4 %.....	46\$000
Ditas idem idem, de 500\$, port.	300\$000
Ditas do Estado da Bahia, 31ª emissão.....	725\$000
Ditas de Minas Geraes de 1:000\$, 5 %, nom.....	728\$000
Banco União do Commercio, 40 %.....	27\$000
Dito da Republica do Brazil.....	34\$000
Comp. Nova Mechanica.....	52\$000
Debs. da Comp. União Sorocabana Ituana, 1ª serie.....	74\$000
Ditos da Comp. Carris Urbanos, de 200\$.....	199\$250
Ditos da Comp. Ferro Carril Jardim Botânico.....	216\$000

Secretaria da Camara Syndical, 8 de janeiro de 1904.—Pelo syndico, *Alfredo G. V. do Amaral*, adjunto.

Junta dos Corretores de Mercadorias e Navios

Cotações do dia 7 de janeiro de 1904

- Assucar branco crystal, da Parahyba, 350 réis por kilo.
- Dito mascavo, da Parahyba, 220 a 270 réis por kilo.
- Dito branco crystal, de Pernambuco, 360 réis por kilo.
- Dito crystal amarello, de Pernambuco, 320 réis por kilo.
- Dito mascavo bom, de Pernambuco, 215 a 225 réis por kilo.
- Dito somenos de Maceió, 300 réis por kilo.
- Café, 9\$900 e 11\$500 por arroba.
- Farelo nacional, 2\$700 por sacco de 38 kilos.
- Farinha de trigo do Moinho Fluminense, marcas S. Leopoldo e OO, 25\$ a 25\$500 por 2/2 saccos.
- Kerosene americano, 9\$200 por caixa.
- Sebo do Rio Grande, 680 réis por kilo.
- Rio de Janeiro, 8 de janeiro de 1904.—*Jodo Severino da Silva*, presidente.—*Sebastião S. da Rocha*, secretario.

SOCIEDADES ANONYMAS

Companhia Luz Stearica

ACTA DA ASSEMBLÉA GERAL EXTRAORDINARIA
REALIZADA EM 21 DE DEZEMBRO DE 1903

Aos 21 dias do mez de dezembro de 1903, á 1 1/2 hora da tarde, no escriptorio da companhia, á rua Primeiro de Março n. 10, sobrado, presentes 16 Srs. accionistas representando 19 possuidores de 16.993 acções com 392 votos, mais de dous terços do capital social, o Sr. Dr. Julio B. Ottoni, presidente da companhia, assumiu a presidencia da assembléa, na fórma dos estatutos, e convidou para 1º secretario o Sr. coronel Dr. Agricola Ewerton Pinto e para 2º secretario o Sr. João Pedro Barrenne, que acceitaram e tomaram assento, dando-se assim principio aos trabalhos.

Lida a acta da sessão anterior, e ninguem fazendo observações, foi ella unanimemente approvada.

Passando-se á ordem do dia, foi lido o annuncio da convocação e, em seguida, o relatório da directoria, parecer do conselho fiscal e os balanços e contas do anno passado.

O Sr. presidente passa a presidencia ao Sr. 1º secretario, que põe em discussão o parecer do conselho fiscal, relatório e actos da directoria e, ninguem pedindo a palavra, põe a votos, sendo approvados os actos da directoria, balanços e contas unanimemente, abstenendo-se de votar os dous directores e os tres membros do conselho fiscal.

Em seguida o Sr. presidente dá conhecimento á assembléa da correspondencia trocada entre a directoria e o Sr. director tecnico, Dr. Emilio Grandmasson, cujo contracto expirou em 30 de de junho do corrente anno, e sujeita á apreciação da assembléa o acto da directoria contractando com o Dr. Emilio Grandmasson continuar a occupar o mesmo logar, com as mesmas vantagens do seu contracto, constantes das escripturas de 3 e 28 de dezembro de 1898 no tabellião Evaristo, desta cidade, nas sem compromisso reciproco, nem quanto ao prazo, nem quanto ás demais condições, e pedindo á assembléa que, reconhecendo e agradecendo os bons serviços que o mesmo senhor tem dedicadamente prestado á companhia, aprove o acto.

O Sr. Alfredo Doux pede a palavra e propõe que uma vez que seja approvado o acto da Directoria, fique consignado que tambem continúa em vigor, a contar de 1 de julho deste anno, a disposição da primeira parte da proposta approvada em assembléa de 12 de dezembro de 1898, torando extensivas ao Sr. Dr. Julio B. Ottoni as vantagens e porcentagens sobre lucros outorgadas ao Sr. Dr. Emilio Grandmasson.

O Sr. Dr. Julio B. Ottoni pede a palavra para dizer á assembléa que entende de justiça que estas vantagens, si forem concedidas, o sejam não sómente a elle, mas repartidamente com o seu collega de directoria, cabendo a cada um metade das ditas vantagens e lucros.

Ninguem mais pedindo a palavra, é unanimemente approvado o acto da Directoria, a proposta do Sr. A. Doux, com a omenda do Sr. Dr. Julio B. Ottoni, abstenendo-se de votar os interessados.

O Sr. Dr. Julio B. Ottoni pede a palavra e lê a seguinte exposição:

Srs. accionistas — Ha algum tempo a esta parte, como é publico, um grupo de accionistas tem procurado por varios meios des-

gostar-me para me arredar do logar que todos me confiaram para a defesados interesses communs, e ainda o anno passado, como o sabeis, fui abrigado a tomar providencias promptas e energicas para evitar que fossem sacrificados os interesses da minoria por uma maioria accidental e ficticia.

Esta luta chega agora ao seu ponto culminante e eu não quero me impor a ninguem; venho, pois, depor nas mãos dos Srs. accionistas o cargo de director desta companhia, logar que ha doze annos exerceo, diz-me a consciencia, com todo o esforço, cuidado e tino de que sou capaz.

As acções desta companhia, que possuo, as ponho á disposição dos Srs. accionistas e dellas abrirei mão nos termos e condições que elles entendam melhor convir aos seus interesses.

O Sr. A. J. Peixoto de Castro declara que a assembléa não pôde acceitar a proposta do Sr. Dr. Ottoni e que, apreciando os seus serviços, julga-os necessarios e pede-lhe que retire a sua proposta, continuando a occupar o logar que com tanta dedicacão tem exercido.

O Sr. Dr. Ottoni declara que sente necessidade de manter a sua proposta, pedindo a assembléa que sobre ella se manifeste.

O Sr. Dr. Indio do Brazil, abundando nas mesmas considerações do Sr. Peixoto de Castro, e visto que o Dr. Ottoni mantém a sua proposta, pede á assembléa que a recuse, mandando consignar em acta mais um voto de louvor pelos bons serviços que sempre tem prestado á companhia.

Ninguem mais pedindo a palavra, é posta a votos e unanimemente recusada a proposta do Sr. Dr. Julio B. Ottoni e approvada do mesmo modo a proposta do Dr. Indio do Brazil.

O Sr. Dr. Julio B. Ottoni, reassumindo a presidencia, agradece aos senhores accionistas mais esta prova de confiança e declara que continuará no exercicio do seu cargo, pugnando cada vez mais pelo interesse de todos e pela prosperidade da «Luz Stearica.»

Passando-se á ultima parte da ordem do dia, são eleitos membros do conselho fiscal os Srs:

	Votos
A. J. Peixoto de Castro.....	391
Alfredo Doux.....	390
Manoel José Lopez.....	342

O Sr. Dr. R. de Castro Maya obteve 52 votos.

Foram eleitos supplentes os Srs:
Coronel Agricola Ewerton Pinto..... 390
Arthur Duarte Pinto..... 390
João Pedro Barrenne..... 355

Obtiveram votos os Srs:
A. Doux..... 37
Dr. Indio do Brazil..... 4

O Sr. Presidente proclama os eleitos e os declara empossados.

Nada mais havendo a tratar, o Sr. presidente agradece aos Srs. secretarios e aos Srs. accionistas e declara encerrada a assembléa geral ás 3 horas da tarde.

E eu, João Pedro Barrenne, servindo de secretario, mandei lavrar a presente acta, que assigno com os outros membros da mesa e demais accionistas presentes.

Dr. Julio B. Ottoni. — Coronel Agricola Ewerton Pinto. — João Pedro Barrenne. Por procuração de Manoel José Adolpho Salingro. — Dr. C. B. Ottoni Junior. — Alfredo Doux. — Manoel José Lopez. — Por procuração de Julio de Freitas Lima e por si, R. de Freitas Lima. — Por procuração do Dr. Jorge B. Ottoni e por si, Augusto Benedicto Ottoni. — Dr. E. Grandmasson. — Dr. A. Indio do Brazil. — Dr. R. de Castro Maya. — Antonio Jo quim Peixoto de Castro. — Jefferson M. Guimarães. — Ernesto Ottoni Vieira. — Frederico Augusto de Carvalho. — Augusto Pires de Carvalho.

PATENTES DE INVENÇÃO

N. 4.907 -- Memorial descriptivo acompanhando um pedido de privilegio durante quinze annos, na Republica dos Estados Unidos do Brazil, para um novo systema de tampar ou arrolhar garrafas de cerveja, aguas mine-
raes e outros liquidos, denominado Ideal. Invenção do pharmaceutico Pedro França Pinto, residente na Capital do Estado de S. Paulo

Constitue objecto da presente invenção um processo de tampar ou arrolhar garrafas de cerveja, aguas mine-
raes e outros liquidos por meio de uma capsula de aluminium, revestida exteriormente por um anel ou cinta de borracha, capsula esta que se introduz no gargallo da garrafa e cujo flange ou parede lateral é bastante flexivel de modo a, por um aparelho especial, formar uma saliencia que é perfeitamente adaptada a uma reinterancia existente no gargallo da garrafa.

O anel ou cinta de borracha serve para completar a adherencia do flange da capsula ás paredes do gargallo da garrafa de modo a evitar, não só a sahida dos liquidos nella contidos, como tambem o escapamento dos gazes desprendidos desses liquidos.

A parte inferior ou a base da capsula poderá ser completamente lisa, como se ach representado no desenho junto, ou poderá ser marcada com as marcas das fabricas de bebidas que fizerem uso dessas capsulas.

O aparelho destinado a fazer a completa adherencia das capsulas ás paredes do gargallo da garrafa, ao mesmo tempo que imprime no flange das capsulas a virolla saliente acima descripta faz em determinado ponto e internamente uma depressão mais pronunciada que serve para nella ser introduzida a ponta de «abridor especial» destinado a destampar a garrafa.

Os nitidos desenhos annexos, acompanhados de claros dizeres explicativos, supprão qualquer omissão ou falta de clareza da presente descripção.

Em resumo reivindico como pontos e caracteres constitutivos da invenção:

I, um tapador para garrafas consistindo em uma capsula de aluminium, cuja superficie da base será lisa ou conterá a marca da fabrica que fizer uso da capsula, capsula esta que será applicada ás paredes internas do gargallo da garrafa; uma cinta ou anel de borracha destinado a revestir exteriormente a capsula e que servirá para completar a adherencia do flange da capsula ás paredes do gargallo da garrafa de modo a evitar, não só a sahida dos liquidos contidos na garrafa, como tambem o escapamento dos gazes desprendidos desses liquidos; como descripto e claramente mostrado nos desenhos annexos;

II, um tapador para garrafas consistindo em uma capsula de aluminium, cuja superficie da base será lisa ou conterá a marca da fabrica que fizer uso da capsula, capsula esta que será applicada ás paredes internas do gargallo da garrafa, uma cinta ou anel de borracha, destinado a revestir exteriormente a capsula e que servirá para completar a adherencia do flange da capsula ás paredes do gargallo da garrafa de modo a evitar, não só a sahida dos liquidos contidos na garrafa, como tambem o escapamento dos gazes desprendidos desses liquidos, em combinacão com uma garrafa em cujo gargallo existe um sulco saliente destinado a receber uma virolla roetrante formado do flange da capsula por meio de aparelho especial; como descripto e claramente mostrado nos desenhos annexos.

Rio de Janeiro, 9 de dezembro de 1903. — Como procurador, Luiz Arthur Lopes.

Rio de Janeiro — Imprensa Nacional — 1904